

UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO

MARIANE PALMEIRA PEREIRA

**A NOVA FACETA DO REALISMO: ATAQUES
CIBERNÉTICOS E SEUS REFLEXOS NA
SEGURANÇA INTERNACIONAL**

BAURU

2014

MARIANE PALMEIRA PEREIRA

**A NOVA FACETA DO REALISMO: ATAQUES
CIBERNÉTICOS E SEUS REFLEXOS NA
SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Profa. Roberta Cava.

BAURU

2014

Pereira, Mariane Palmeira.

P4366n

A nova faceta do realismo: ataques cibernéticos e seus reflexos na segurança internacional / Mariane Palmeira Pereira. -- 2014.

65f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Guerra cibernética. 2. Agendas de Estado. 3. Espionagem. 4. Diplomacia. 5. Segurança. I. Cava, Roberta. II. Título.

MARIANE PALMEIRA PEREIRA

**A NOVA FACETA DO REALISMO: ATAQUES CIBERNÉTICOS E
SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA CIBERNÉTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Professora Roberta Cava.

Banca Examinadora:

Prof Ma. Roberta Cava

Prof Dr. Daniel Freire e Almeida

Prof. Esp. Sebastião Clementino da Silva

Bauru, 11 de dezembro de 2014.

Dedico esse trabalho aos meus pais, que acreditaram e acreditam em mim mais do que eu mesma.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu uma vida com família, amigos e professores que me inspiraram de maneiras diferentes a seguir em frente, mesmo em momentos de dificuldades em que pensei em desistir.

Agradeço a minha mãe, pessoa mais importante da minha vida, minha heroína que esteve ao meu lado todas as fases da minha vida, mesmo nas horas em que ela sabia que o risco se tornar um alvo fácil do meu mau humor.

Obrigada por todo o apoio e por ter escutado pacientemente meus problemas e anseios em relação aos anos de Universidade, e principalmente, por me aceitar da maneira que sou mesmo com algumas ressalvas.

Ao meu pai, pessoa que eu sempre pude contar em todas as horas, e que me deu o maior voto de confiança que já tive me permitindo mudar de Universidade e começar tudo novamente desde o primeiro ano, apesar de dois semestres cursados anteriormente.

Agradeço também a minha orientadora Roberta, que sempre soube dar uma palavra de incentivo nos momentos de angústia ao desenvolver o presente trabalho. Obrigada por pacientemente sanar todas as minhas dúvidas sem reclamar da quantidade de perguntas feitas ou o horário que eu as enviava.

“A real medida do valor de alguém não é aquilo em que a pessoa diz acreditar, mas o que ela faz para defender essas crenças. Se você não age de acordo com suas crenças, é provável que elas não sejam sinceras”. (Edward Snowden)

RESUMO:

Considerado como um dos temas de maior emergência nas Relações Internacionais, os ataques cibernéticos vem se mostrando um desafio que ganha cada vez mais importância nas agendas internacionais de Estados e Organizações Internacionais. Entretanto, ainda não é um tema recorrente de debates na sociedade civil brasileira, apenas ganhando uma rápida discussão sobre proteção do Espaço Cibernético após a divulgação das denúncias de espionagem americana contra outros países. O tema do trabalho foi escolhido com o objetivo de fazer uma pequena contribuição sobre o tema para que o leitor tenha uma maior compreensão da sua importância nos dias atuais. A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho foi a realização de levantamento bibliográfico de livros, revistas e artigos acadêmicos que contribuam para o enriquecimento de informações contidas no texto. O conteúdo apresentado passa pela teoria realista abordando sua história, autores e principais pressupostos. Em seguida, foram apresentados conceitos e estudos de casos sobre os ataques cibernéticos e finalmente, foi abordado o Realismo Cibernético.

Palavras-chave: Guerra Cibernética. Agendas de Estado. Espionagem. Diplomacia. Segurança.

ABSTRACT:

Regarded as one of the most emergency issues in international relations, cyber-attacks have proved a challenge that is becoming increasingly important in international agendas of States and International Organizations. However, it is not a recurring topic in discussions in Brazilian civil society, earning only a brief discussion about the Cyberspace after the release of American espionage accusations against other countries. The work of the theme was chosen in order to make a small contribution about the theme for the reader to have a greater understanding of its importance today. The methodology of work was adopted for the development of the work was to perform a literature review of books, magazines and academic articles that contribute to the enrichment of information in the text. The content presented involves the realist theory addressing its history, authors and assumptions. Then was presented concepts and case studies on cyber-attacks and finally was approached Cyber-Realism.

Keywords: Cyber War. Agendas of State. Espionage. Diplomacy. Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Detalhes da coleta de dados do programa PRISM. | 41 |
| Figura 2: Espionagem da presidente Dilma Rousseff e seus conselheiros. | 43 |
| Figura 3: Interesse Nacional americano. | 46 |
| Figura 4: Ganhos obtidos com a espionagem. | 47 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 O PROPÓSITO DAS TEORIAS DA RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 17 |
| 3 REALISMO CLÁSSICO | 17 |
| 3.1 REALISMO MODERNO..... | 18 |
| 3.2 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO REALISMO | 29 |
| 4 GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA | 29 |
| 4.2 GUERRA CIBERNÉTICA | 33 |
| 4.3 ESPIONAGEM AMERICANA..... | 35 |
| 4.4. OTAN..... | 44 |
| 5 REALISMO CIBERNÉTICO | 45 |
| REFERÊNCIAS | 61 |

INTRODUÇÃO:

Durante um longo tempo na história mundial, a paz no Sistema Internacional foi apontada como apenas um intervalo entre guerras, pois estas eram consideradas essenciais para a ampliação de territórios e riquezas do Estado, elementos que contribuíam para a construção de seu império e a afirmação do seu poder perante outras nações.

Após as duas grandes guerras, houve uma brusca mudança de comportamento dos Estados. Com milhões de mortos, cidades em ruínas, pessoas mutiladas, crianças sem família e economias seriamente afetadas, chegou-se a conclusão de que um conflito armado não fornecia mais as vantagens e riquezas de antes, pelo contrário, tamanho investimento tinha apenas retornos negativos para toda a população. Assim, houve uma mudança de foco dos países, da guerra para o comércio mundial, impulsionando o surgimento e consolidação de abordagens como Globalização e Interdependência Complexa entre Estados, reforçando a abordagem proposta pelo Liberalismo.

O Liberalismo parte de uma premissa que prega uma mínima participação do Estado na economia e iniciativa privada. Esse paradigma forneceu as condições para o posterior desenvolvimento da globalização, que integrou pessoas, empresas e economias de países do mundo todo. Essa integração deu origem à teoria de Interdependência Complexa entre Estados, em que há uma preocupação com a economia de um país, pois a mesma a economia de outros e gerar uma crise generalizada devida e integração existente nos dias de hoje.

Essa transformação foi representada pelo acordo de Bretton Woods, que se trata de uma série de disposições acertadas por 45 países em julho de 1944 com o objetivo de definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial com a hegemonia dos Estados Unidos e criando importantes instituições financeiras mundiais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), dedicado a promover a estabilidade financeira mundial, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, que foi criado para a reconstrução de países afetados pela guerra, e que, mais tarde, viria a ser chamada de Banco Mundial, cujas funções mudariam para o empréstimo de dinheiro para programas que contribuam para redução da pobreza.

Há um consenso geral de que não há mais interesse em grandes conflitos, pois estes acarretam em perdas na economia de vários países (até mesmo os que não estão envolvidos)

com baixas generalizadas nas bolsas de países de todos os continentes devido à grande conexão que há entre os mercados financeiros nos dias de hoje.

Entretanto, ainda há países que entram em conflito com outras nações com o repúdio de toda a Sociedade Internacional, apenas com o apoio de um ou outro país que não fariam uma considerável diferença no desenrolar dos acontecimentos. Aqui, é curioso o fato de que sempre parece haver o cuidado de escolher países inimigos com uma economia, infraestrutura, poder bélico e influência internacional muito inferiores para se entrar em um conflito armado tradicional e obter o domínio e vitória certa perante suas fraquezas, como aconteceu na guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão e Iraque na chamada “Guerra ao Terror” do governo de George W. Bush.

Há fortes evidências que esses conflitos armados tradicionais, em que é preciso um alto investimento em armas, tanques, bombas e capacitação de soldados, estejam dividindo espaço para ataques cibernéticos ¹ uma nova modalidade de atingir outras nações com a vantagem de dificultar a localização do país agressor. Entretanto, esse novo modelo ainda é considerado restrito para países desenvolvidos e, em menor medida, para países em desenvolvimento devido ao alto investimento em tecnologia avançada, mão de obra especializada (sem necessidade de enviar soldados para campos de combate não pondo em risco a vida de jovens cidadãos), capital físico, pesquisas e, é claro, atualizações constantes em segurança cibernética para evitar possíveis ataques advindos de outros países, um dos desafios para o século XXI.

O autor Sun Tzu (2001, p.38) em sua obra *A Arte da Guerra* já enaltecia a importância de se atacar um país sem fazer maiores alardes:

Oh arte divina da sutileza e do sigilo! Graças a ti aprendemos a ser invisíveis, inaudíveis e assim podemos ter o destino do inimigo em nossas mãos. Podemos avançar e nos tornar absolutamente irresistíveis, se fizermos isso contra o ponto fraco dele, podemos recuar e nos por a salvo da perseguição se nossos movimentos forem mais rápidos do que os do nosso adversário.

É exatamente dessa maneira que um ataque cibernético se distingue de um ataque comum, como os que aconteciam na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Esses ataques

¹ No presente trabalho, entende-se como Guerra Cibernética a capacidade de um país atacar outro, por meio de invasões de sistemas de computadores de instituições públicas e privadas, para eventuais danos ou roubo de informações.

acontecem de maneira sutil e silenciosa, como por exemplo, na implantação de um vírus em computadores de outros países pode além de copiar informações secretas e cruciais e usa-las para se beneficiar em negociações internacionais, podem também destruí-las para sempre causando sérios prejuízos para o país vítima.

Deve-se levar em consideração também o poder que esses ataques têm em interromper comunicações e fornecimento de bens básicos para a população como água e energia, danificando ou destruindo em minutos qualquer tipo de sistema digitalizado abalando seriamente a infraestrutura de uma sociedade que levou anos para ser construída.

O presente trabalho concentra o tema em ataques cibernéticos apenas na área pública das Relações Internacionais, mais especificamente nas relações Estado/Estado e Estado/Organização Internacional por entender que ainda não há uma legislação internacional ratificada pelos países que identifique, prove e puna tais práticas. Assim sendo, não há uma solução a curto prazo para o problema, diferentemente de quando o cidadão de um Estado lesa o outro usando a internet como instrumento e o governo tem condição de identifica-lo e puni-lo por seus atos.

Nesse trabalho, será abordada a importância das Teorias das Relações Internacionais, tão fundamentais para que se possa compreender e explicar os fenômenos que ocorreram e ocorrem no meio internacional do passado e do presente. Entretanto, não há intenção alguma de mostrar radicalismo afirmando que algumas são mais importantes que outras devido à complexidade e pluralidade de acontecimentos na Sociedade Internacional vigente e a necessidade de criação de novas teorias para explicá-los, já que não é possível a criação de uma única que explique todos os acontecimentos da complexa relação existentes entre Estados.

Apesar de dividir as atenções com outras teorias como Liberalismo, Interdependência Complexa e Construtivismo, o Realismo continua sendo considerado por muitos como o principal paradigma das Relações Internacionais, que busca em autores históricos como Maquiavel, Tucídides e Hobbes a fundamentação para suas ideias. Mas ao mesmo tempo, continuam tão atuais em alguns pontos que ao abrir um site de notícias, é facilmente notado posturas realistas vindas de estadistas atuais.

O tema do presente trabalho foi escolhido devido à percepção de escassez de trabalhos, principalmente em língua portuguesa, sobre o assunto, e ao fato de ser pouco

discutido em ambientes acadêmicos, mídia e sociedade brasileira, não devendo ser ignorado por esses diferentes setores. Mas o público alvo para a leitura desse texto são os estudantes de Relações Internacionais, em virtude do interesse dos mesmos em entender fenômenos internacionais novos e suas possíveis consequências.

Assim, como objetivo do desenvolvimento dessa monografia, espera-se promover uma pequena elucidação do leitor sobre o assunto para que possa ter uma melhor compreensão da sua importância nos dias atuais, considerados como parte da era tecnológica, condição que trás muitas vantagens importantes para a humanidade, mas também alguns perigos, muitos relacionados à internet. É necessário também, levantar as consequências que o desenvolvimento e frequência que esses ataques podem trazer à sociedade civil.

Em relação à metodologia, o trabalho se vale de método histórico-comparativo e de uma abordagem qualitativa, com obtenção de dados em fontes primárias como livros, documentos governamentais, artigos e revistas eletrônicas.

No capítulo 1 será discutida a grande tradição das teorias internacionais, o Realismo. Será abordada primeira e muito rapidamente seus autores clássicos; logo após, seu formato mais moderno surgido no período entre guerras e, por último, seus principais pressupostos defendidos por seus autores mais importantes.

O capítulo 2 será dedicado a estudo de casos. Serão abordados acontecimentos recentes que ilustram as ideias aqui discutidas, acontecimentos estes que também afetam o Brasil. É possível citar como exemplo o caso da espionagem americana, que se mostrou muito mais ampla do que foi primeiramente divulgado pela mídia, atingindo países do mundo todo, em maior e menor grau, gerando uma crise diplomática entre Estados Unidos com vários países do mundo incluindo, o governo brasileiro. O resultado dessa situação foi o cancelamento da viagem que a presidente Dilma Rousseff faria a Washington no mesmo ano.

No mesmo capítulo será discutida também a questão dos ataques cibernéticos, um fenômeno relativamente novo que ficou por um tempo ignorado por interesses de governo e empresas, mas que nos dias de hoje ganha cada vez mais força na agenda de Estados Nacionais e Organizações Internacionais.

Já no capítulo 3 será feita uma análise dos principais pressupostos do realismo Clássico e Moderno sob a perspectiva do Espaço Cibernético atual, aqui chamada de Realismo Cibernético.

Haverá espaço nesse capítulo também para uma discussão sobre a possibilidade de uma futura guerra cibernética entre Estados, e também os investimentos que alguns países estão fazendo na área cibernética.

Finalmente, nas considerações finais trará uma análise final de tudo que foi discutido no decorrer do trabalho e de e como o Brasil pode lidar com essa nova condição no Cenário Internacional atual.

2. O PROPÓSITO DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Assim como qualquer outra ciência existente no mundo, seja ela social ou não, as Relações Internacionais também disponibilizam teorias que existem para explicar a pluralidade de acontecimentos na sociedade internacional do passado e presente, com alguns pensadores da área tentam prever como será o futuro, seja ele a curto ou longo prazo.

A diferença é que devido a essa pluralidade de acontecimentos, e à rapidez com que eles ocorrem, as teorias das Relações Internacionais necessitam ser criadas com a mesma rapidez, mas sem deixar de lado sua consistência, para explicar esses fenômenos, dinamismo que não está presente em ciências como a física ou a química, por exemplo.

Os autores Nogueira e Messari (2004, p.2) as definem da seguinte maneira:

As teorias das Relações Internacionais tem a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam conhecer a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política internacional.

Em complemento, para Jatobá (2014, p.2), "as teorias são conjuntos articulados de conceitos, isto é, conjuntos de enunciados linguísticos cujos significados apresentam conteúdos referidos ao mundo em que vivemos".

Ainda, nas palavras de Sarfati (2011, p.24) "As teorias definem e explicam o mundo em que vivemos. Dessa forma, diferentes definições para o mundo revelam diferentes perspectivas dele".

Uma das teorias mais importantes é o Realismo Clássico, que serviu como base para o surgimento de outras vertentes do Realismo e até mesmo teorias que fazem críticas ao paradigma.

3 REALISMO CLÁSSICO

O Realismo Clássico que conhecemos hoje em dia conta com autores que contribuíram com suas ideias para a teoria antes mesmo da própria criação da disciplina de Relações

Internacionais. Aqui, nos concentraremos em três autores precursores clássicos principais: Tucídides (471 a.C.- 400 a.C.) Maquiavel (1469-1527) e Hobbes (1588 -1679).

Segundo Nogueira e Messari o autor Tucídides² (2005,p.22) é o primeiro a tratar de um assunto considerado central nas Relações Internacionais: a guerra. O receio dos países em não sobreviver leva a iniciar a guerra. A obra de Tucídides contribuinte para o Realismo foi a Guerra do Peloponeso, um conflito entre Atenas e Esparta que contou com a participação direta do autor.

Já Nicolau Maquiavel foi um escritor italiano da era renascentista responsável pela obra O Príncipe, uma espécie de manual para que o governante da época não apenas mantenha o seu poder, mas o amplie também.

Suas principais ideias baseiam-se sobrevivência do Estado, tendo como principal instrumento a segurança. Para tanto, segundo Maquiavel (1997, p.68) deve-se investir na segurança do seu território, dificultando invasões inimigas e tendo o povo ao seu lado.

Sobre a guerra, Maquiavel (1997, p.86) diz que é a única arte sob responsabilidade do príncipe, então ele deve tê-la em mente e como o objetivo de suas ações. Já a respeito de alianças, Maquiavel (1997, p. 124) afirma que não se deve ter aliança com Estados mais fortes que ao que você pertence, há não ser que haja necessidade para isso.

Thomas Hobbes, o último realista clássico citado nesse trabalho, foi um inglês autor de O Leviatã e forte contribuinte para o desenvolvimento dos principais pressupostos da teoria.

Hobbes (2004, p. 124) ressalta que internamente aos Estados existe um Leviatã, um homem que tem seu poder reconhecido por todos os moradores do Estado contemplado com poder e força dentro do território.

Os Realistas ressaltam que não há esse Leviatã no Cenário Internacional, então, esse mesmo Cenário é marcado pela Anarquia Internacional vivida entre Estados, onde se deve estar preparado para qualquer tipo de postura por parte de seus governantes.

3.1 REALISMO MODERNO

² NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 22

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve um abalo mundial que culminou em milhões de mortos e feridos, crianças sem família, e também o surgimento do sentimento de repúdio à guerra principalmente na Europa, região tradicionalmente marcada por conflitos históricos entre países do continente.

Houve também um forte choque na economia das consideradas grandes potências europeias, desaparecimento de países e surgimento de outros que redesenharam o mapa da Europa.

A guerra foi ganha pelos países da Tríplice Entente, formada basicamente por França, Rússia, Reino Unido e logo depois os Estados Unidos, lutando contra a Tríplice Aliança que contava com Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália.

Ao término da guerra, houve um consenso geral de que tal conflito não poderia mais acontecer. É nesse período que é criada a primeira cadeira acadêmica de Relações Internacionais na Universidade de Wales, no Reino Unido. Essa cadeira foi denominada de Cadeira Woodrow Wilson e foi também o primeiro passo para a independência das Relações Internacionais de outras ciências sociais.

Nesse mesmo período, houve o surgimento da primeira Teoria das Relações Internacionais, o Idealismo, que viveu o seu ápice entre a década de 20 e parte da década de 30. Essa primeira teoria pode ser considerada como uma das representações mais significativas da vontade geral de que a paz prevaleça entre os países a partir daquele momento.

A teoria idealista consiste basicamente, segundo ressalta Dias, (2010,p.20) em "buscar transformar a realidade internacional através de propostas que buscam a estruturação do mundo, apresentando, portanto, um caráter normativo."

O Idealismo conta com autores clássicos como Marsílio de Pádua (1285-1343), Thomas More (1478-1535), Abade Saint-Pierre (1658- 1743), Jean-Jaques Rosseau (1722-1778) e Hugo Grotius (1583-1645).

O grande precursor do Idealismo contemporâneo foi Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), presidente dos Estados Unidos no pós-guerra. O político foi reverenciado por vários países pelas suas contribuições para as tentativas de paz internacional no pós-guerra, mas internamente, nos Estados Unidos, foi duramente criticado por sua postura internacional, pois

era consenso entre os americanos que o país deveria voltar à sua condição de isolamento antes da guerra.

Uma das maiores aspirações do Idealismo é a criação de uma instituição de Estados que regule a Sociedade Internacional. Essa instituição foi criada através dos 14 pontos de Wilson e foi nomeada de Sociedade das Nações, mas passou a ser constantemente alvo de críticas de autores criadores de outra teoria nascente na época que pregava totalmente o oposto do Idealismo, a teoria realista. Juntas, essas duas teorias e seus autores protagonizaram o primeiro grande embate das Teorias das Relações Internacionais.

Considerada um dos primeiros paradigmas das Relações Internacionais, a teoria realista ainda hoje é objeto de estudos, revisões, tema de livros e de trabalhos acadêmicos feitos por pesquisadores, alunos e professores, devido ao fato de ainda poder explicar parte dos fenômenos recorrentes na Sociedade Internacional atual.

É interessante mencionar, que a leitura dessas obras antigas pode ser interessante não apenas para estudantes e profissionais das Relações Internacionais, mas para qualquer pessoa que queira ir além da concepção que temos hoje em dia sobre fatos históricos, entender o modo de se pensar de uma época, seus anseios e perspectivas sobre transformações significativas que estavam em curso no momento.

Por ter sido criada no contexto histórico entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, acontecimentos que consistem em uma guerra generalizada entre países, em sua maioria europeus (a segunda em maior escala do que a primeira), características de países em conflito foram adicionadas à teoria. Pode-se atribuir essa condição ao fato de que alguns de seus principais autores, nascidos nas regiões afetadas, vivenciaram os dois fenômenos em um curto período de tempo. Então, há entre eles a necessidade de lidar com o mundo como realmente é, muitas vezes de maneira pessimista, e não como o mundo deveria ser, de maneira idealista.

Hans Morgenthau (2001, p.87) afirma que os acontecimentos históricos das nações que investem em política internacional se encontraram constantemente ligado a conflitos bélicos com outros países, se preparando para eles, envolvendo se neles, ou recuperando se das consequências que os mesmos deixavam em seu território.

O Realismo moderno como é conhecido hoje deu os seus primeiros passos no ano de 1939, quando houve a publicação da obra de Edward H Carr "Vinte Anos de Crise: 1919

1939", meses antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Carr foi um importante diplomata e escritor inglês que participou da delegação britânica na Conferência de Versalhes.

Em sua obra, o autor se refere ao idealismo crescente da época como utopia e se mostra contrário a todas as suas formas de manifestações na política internacional vigente na época, afirmando também que o realismo é um movimento de reação contra ele, expondo as contradições entre as duas correntes.

Conforme defende Carr (2001, p.14), deve-se observar os acontecimentos no mundo, sem a pretensão de querer muda-los de alguma forma, perspectiva que bate de frente com a perspectiva idealista da época, em que se acreditava poder mudar o mundo e torna-lo de acordo com os ideais vigentes para a manutenção da paz.

O conceito de Realismo defendido por Carr (2001, p.14) descreve que a teoria se trata da colisão entre a vontade (idealismo) e a razão (realismo), resultando no domínio da segunda sobre a primeira, e a consequência desse domínio seria o final de uma era com suas aspirações idealistas.

Ressalte-se o fato de que o livro foi escrito e lançado no período entre guerras (1918-1939), época em que a humanidade e seus estadistas passaram a dar seus primeiros passos em direção à conscientização dos horrores que a guerra causa e a tomar as primeiras iniciativas para evitá-las, conforme atesta a criação da Sociedade das Nações.

Assinada por 44 Estados no dia 28 de junho de 1919 e ratificada pelo governo brasileiro em 10 de dezembro do mesmo ano, com sua localização em Genebra, na Suíça, a carta da Sociedade das Nações previa como sua função principal a manutenção da paz através do respeito às normas e regras do Direito Internacional.

Entretanto, não foi possível o alcance de tal objetivo, a organização antecessora da ONU não contou com a participação dos Estados Unidos, considerado por muitos como essencial para o sucesso da mesma, devido ao fato de o país despontar na posição de potência hegemônica emergente na época, e sendo fruto dos 14 pontos do presidente americano Wodrow Wilson. Houve também o problema da organização ser considerada como "o grupo dos vencedores", por não incluir logo na abertura de seus trabalhos, os países derrotados e humilhados na Primeira Guerra Mundial.

Em pouco tempo de existência, mostrando-se incapaz de administrar conflitos entre países de dentro e fora da organização, a Sociedade das Nações foi sendo desacreditada pelos seus países participantes e, aos poucos, dissolveu-se, após o começo da Segunda Guerra Mundial.

De modo infeliz, a história mundial tende a apresentar fatos que apontam que Carr se mostrou correto em suas observações, pois não foi possível deter a eclosão da Segunda Guerra Mundial, um segundo conflito ainda maior e mais implacável que o primeiro.

Em seu livro, o autor busca em pensadores históricos as fundamentações para as suas ideias. O maior destaque que se pode citar para sobre os atores realistas no livro foi Nicolau Maquiavel.

Segundo Maquiavel (apud CARR, 2001, p.85) os três princípios implícitos em sua obra são as pedras fundamentais da doutrina realista: em primeiro lugar, a história é uma sequência de causa e efeito, cujo curso pode se analisar e entender através do esforço intelectual, porém não (como os utópicos acreditam) dirigida pela "imaginação". Em segundo lugar, a teoria não cria (como presumem os utópicos) prática, mas sim a prática que cria a teoria. Nas palavras do teórico, "bons conselhos, virem de onde vierem, nascem da sabedoria do príncipe, e não a sabedoria do príncipe nasce bons conselhos". Em terceiro lugar, a política não é (como pretendem os utópicos) uma função da ética, mas sim a ética é a política.

A obra de Carr abriu caminho para que outros autores publicassem obras de política internacional com o cunho realista e assim, pudessem contribuir para o desenvolvimento do paradigma no campo de estudo das Relações Internacionais. Um desses autores é o alemão Hans Joachim Morgenthau, que moldou o Realismo que conhecemos hoje. O escritor nasceu na Alemanha, mas migrou ainda jovem para os Estados Unidos. Foi professor em várias universidades e escritor, sua principal obra foi o livro *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e Pela Paz* em 1948 que consolidou o Realismo e sua linha de pensamento.

É importante observar que na obra de Morgenthau estão elementos da chamada Guerra Fria, que se tratou do conflito não declarado entre Estados Unidos e URSS para a disputa do posto de país hegemônico mundial, tornando a política internacional bipolar na época, onde os centros estão fora da Europa Ocidental, gerando então, situações e conflitos em todos os continentes, que afetaram e até hoje afetam a sociedade internacional.

O primeiro conceito que se destaca em sua obra é que Morgenthau (2003, p.21) diz que o realismo político defende que não se deve acreditar que os costumes de uma nação também são válidos para com uma possível aplicação dos mesmos a todas as nações do mundo.

Esse é um tema que, apesar de antigo, continua muito atual nos dias de hoje. Muito se fala sobre o choque de culturas e as consequências que ele pode acarretar a todas as nações do Mundo. Pode-se usar como exemplo, o casamento infantil, muito comum em países de religião islâmica, mas abominado por democracias ocidentais. Quando há esforços por parte da ONU e de parte da Comunidade Internacional para banir essa prática no mundo, países do Oriente Médio e alguns africanos onde é comum a realização desses casamentos, respondem argumentando que o Ocidente deve respeitar a cultura e costumes advindos do Oriente, mesmo que essas sejam completamente diferentes de tudo que os ocidentais estão acostumados.

Esse é apenas um pequeno exemplo, pois o direito das mulheres nesses países é constantemente alvo de críticas vindas das democracias ocidentais, pela maneira que estas são tratadas pela sociedade, muitas vezes com violência amparada pelo Estado Teocrático em vivem e também pelo Alcorão, livro sagrado da religião islâmica em que seus ensinamentos antigos fazem parte da leis que regem os países em que a população é de maioria muçumana.

Conforme Morgenthau reforça, (2003, p.49) a política internacional, como toda a política, baseia-se em uma luta pelo poder. Essa é uma das maiores premissas do Realismo e uma das mais importantes contribuições que o autor fez para a teoria. Continua sua linha de raciocínio argumentando que para que esse a poder exista, há a necessidade da existência de fatores estáveis e variáveis dentro de um país como: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, qualidade da diplomacia, indústria nacional e população.

Morgenthau (2003, p.52) afirma também que o material bélico de um Estado é o fator mais importante na construção do poder político de uma nação, e, no caso de uma guerra, esse poder político se transforma em poder militar.

Pode-se observar essa situação nos investimentos constantes que a China - país asiático que ajudou a firmar seu continente na rota do comércio internacional devido ao seu vasto crescimento - tem feito para dinamizar e modernizar seu material bélico.

Ainda não há evidências de uma guerra entre os chineses e qualquer outro país do mundo, algo que os mesmos rechaçam com veemência por seu passado de sofrimento resultante de invasões estrangeiras. Entretanto, devido ao seu constante crescimento em importância na economia e política internacional, não há garantias de que outros países não se unam para frear seu desenvolvimento através até mesmo da guerra, como último recurso para decidir a questão. É nesse caso que o mundo pode assistir ao seu poder político se transformar em poder militar e observar as consequências desse evento.

O poder bélico de um país, juntamente com o cerimonial diplomático, são dois fatores que contribuem para a Política de Prestígio, que se trata de necessidade de um Estado em fazer com que outros países se certifiquem do poder que ele tem, ou pelo menos, imaginar a existência desse poder (MORGENTHAU, 2003, p.149).

Abordando mais especificamente a questão dessas duas características existentes na Política de Prestígio, o maior exemplo que temos hoje em dia sem sombra de dúvidas seria os Estados Unidos. Chamado popularmente de "polícia do mundo", o governo norte-americano mantém há muito tempo uma diplomacia ativa, com uma política externa atuante em todo mundo, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, pois sabem que esse viés foi e é responsável por parte de sua riqueza e prestígio internacional.

Entretanto, quando se entra do assunto de "Política Externa Americana", é difícil não citar o histórico de guerras que a história recente do país disponibiliza. Considerado não apenas como a economia número um do mundo, mas também a maior potência bélica muito a frente do segundo colocado, os Estados Unidos nunca ficaram muitos anos sem entrar em um conflito internacional desde a Primeira Guerra Mundial: seu maior intervalo foi de aproximadamente vinte anos, período do fim da Guerra Fria até a Guerra do Afeganistão.

Avaliando a natureza conflitante do Realismo, é compreensível que haja um conceito como esse na teoria. O poder e a guerra são algumas das características mais importantes do paradigma, então, se um Estado A acreditar que um Estado B tem condições para enfrenta-lo ou até supera-lo, vai avaliar melhor se é viável a adoção de um conflito com o mesmo. Entretanto, situações assim não acontecem apenas com grandes economias mundiais, a Coreia do Norte, apesar de sua diplomacia deficitária, é um exemplo do esforço de se tentar fazer com que outros países acreditem em seu poder bélico.

Considerado um país que leva ao extremo a ideologia comunista, a Coreia do Norte vive sobre a ditadura de Kim Jong Un, filho de Kim Jong Il, líder norte coreano antecessor,

morto em 2011. O país dispõe de uma imprensa nacional estadista, ou seja, tudo que é veiculado nas mídias norte coreanas e divulgado ao mundo, antes deve passar pela autorização do governo, e muito desse conteúdo é sobre a "superioridade bélica" que o país disponibiliza de maneira até teatral, impossível de ser confirmada devido ao fato de ser um país extremamente fechado a tudo que se encontra além de suas fronteiras.

Entretanto, há algo possível de ser confirmado: a Coreia do Norte dispõe de armas nucleares, condição que faz muitos países preocuparem se com as ações do país, principalmente com atividades militares perto da Coreia do Sul, país em se encontra tecnicamente em Guerra desde o ano de 1953.

Como mencionado acima, o autor define que "a política internacional, como toda a política, consiste na luta pelo poder". Ainda dentro desse assunto, há o conceito de equilíbrio de poder que, segundo Morgenthau (2003, p.321), pode ser mudado quando uma potencia pode alterar o status quo vigente no mundo ou faze-lo voltar ao seu estado inicial.

Houve então uma mudança de contexto histórico, como a criação de organizações internacionais denominadas especializadas, com enfoque em diferentes problemas mundiais para a solução ou redução. Pode-se citar como organizações especializadas a OMS (Organização Mundial da Saúde), OMC (Organização Mundial do Comércio) e OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Após a Guerra Fria, houve também a multiplicação de blocos internacionais como a União Europeia, MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), OEA (Organização dos Estados Americanos) e o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio). Esses blocos internacionais consistem basicamente em grupos de países, geralmente de uma mesma região do mundo, que buscam na união, alavancar o comércio internacional entre si com o objetivo de dinamizar as relações comerciais, sociais e políticas entre os seus Estados participantes.

Nos dias de atuais, o bloco considerado como o maior exemplo de integração é a União Europeia, único que conta com moeda única entre os países e livre circulação de pessoas.

Deve-se mencionar também a criação e fortalecimento das empresas transnacionais. Essas empresas, muitas vezes com a renda bruta maior do que o PIB de muitos países, têm

autonomia para realizar suas ações independente dos seus países de origem, e conseguem despertar tanto críticas positivas como negativas de muitas pessoas.

Ao mesmo tempo em que algumas empresas se instalam em países subdesenvolvidos e usam de mão de obra quase escrava para a produção de seus produtos e contribuem para a poluição ambiental do lugar, outras estimulam a cooperação tecnológica com os países em que estão localizadas, desenvolvem projetos humanitários para ajudar a população do país e contribuem para a geração de empregos com salário justo, contribuindo, assim, para o estímulo da economia da sociedade local.

Foi nesse contexto que foi publicado o livro *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, dos autores Robert O. Keohane and Joseph S. Nye Jr, dois cientistas políticos norte-americanos que criaram a teoria da Interdependência Complexa nas Relações Internacionais e enfatizaram as deficiências do Realismo em seu livro.

A obra aborda questões emergentes como a Globalização, a Era da Informação e o Mundo Multipolar, agendas novas para a época e que até então, e que os realistas negaram a sua importância na sociedade em geral, enfatizando que "a Interdependência aborda fenômenos em que seus efeitos são recíprocos entre dois ou mais países ou entre atores de diferentes países". (KEOHANE; NYE, 2012, p.7, tradução nossa).

Para exemplificar essa situação, podemos considerar a crise econômica na União Europeia, conhecida como "A Crise no Euro". Esse problema começou apenas na Grécia, que por muito tempo ocultou dos demais países sua alta dívida pública, até não conseguir mais e anunciar uma dívida de 340,2 bilhões de euros. Essa situação, é claro, gerou a desconfiança do mercado internacional, que passou a pensar a refletir melhor antes de comprar ações e títulos europeus.

Essa desconfiança acabou refletindo em outros países também pertencentes ao bloco como Portugal, Espanha, Irlanda e particularmente Itália, considerada como a maior preocupação europeia, por ser a terceira maior economia do bloco e grande demais para quebrar.

Todos esses países renegociaram suas dívidas e receberam empréstimos para o pagamento das mesmas. Para que isso acontecesse, foi necessária a imposição de medidas de austeridade a esses países, como a diminuição dos salários, desemprego e aumento dos

impostos, com vistas ao aumento da arrecadação da Receita Pública dos países, considerada como garantia de pagamentos das dívidas.

Tudo isso aconteceu devido ao fato de as economias europeias serem totalmente interdependentes e não ter havido um maior controle das dívidas das economias pertencentes ao bloco. O resultado foi penoso para o lado mais fraco, o cidadão comum europeu, mais particularmente dos países mais afetados onde viu seu nível de vida cair drasticamente.

Ao mesmo tempo, pelo fato de a União Europeia ser o bloco internacional mais rico do mundo, países terceiros - entre eles o Brasil - foram afetados em maior e menor grau pela crise internacional.

No decorrer da leitura da obra de Nye e Keohane, é perceptível a manutenção de certa ousadia dos autores ao tratar do Realismo e seus principais pressupostos.

Todos os pressupostos realistas podem ser desafiados. Se nós desafiarmos todos eles simultaneamente, nós podemos imaginar um mundo em que atores além dos Estados participam diretamente do mundo político, onde uma clara hierarquia de questões não existe e onde a força é um instrumento inefetivo de política. Sobre essas condições - em que chamamos de características da Interdependência Complexa - seria de se esperar um mundo político bem diferente das condições realistas. (KEOHANE; NYE, 2012, p.20, tradução nossa).

Assim, a teoria realista passou a conviver com questionamentos e críticas por não abranger essas novas realidades no Cenário Internacional e dar um destaque excessivo a guerra em suas análises. Essa situação abriu espaço para autores que criaram as vertentes do Realismo chamadas de neorealistas, muito mais abrangentes que a primeira, reconhecendo, por exemplo, que o Estado não é mais o único ator das Relações Internacionais como defendiam as vertentes mais antigas da teoria.

Uma dessas "respostas" veio através de Kenneth Waltz (1924 - 2013), que publicou em 1979 *Theory of International Politics*. Waltz foi um escritor e professor universitário americano e grande contribuinte para os estudos das Relações Internacionais atuais.

O autor estabeleceu o chamado Realismo Estrutural, que explica os fenômenos contínuos nas relações entre Estados. Um desses fenômenos analisados são as guerras recorrentes no Cenário Internacional que, segundo o autor, ocorrem periodicamente devido à Anarquia no Sistema Internacional, em que a ausência de um poder maior que pudesse coagir o comportamento dos Estados faz com que os mesmos hajam de acordo com seus interesses.

Conforme o autor destaca, a globalização que estava ganhando força na época era algo passageiro, e as trocas internacionais não teriam condições de se fortalecer devido a natureza ambiciosa dos Estados. Ele também acreditava em um mundo bipolar, influência da Guerra Fria, época em que o livro foi escrito, pois “não há interesse por parte um Estado em depender de trocas mútuas para sobreviver, e esse Estado também se preocupa se nessas possíveis trocas o outro esta obtendo mais vantagens na obtenção dos lucros do que ele” (WALTS, 1979, p. 105, tradução nossa).

O autor destaca ainda que “quanto mais um Estado se especializa em algo, mais ele será importante para outros Estados para suprir bens e materiais que estes não produzem. Quanto mais um Estado importa e exporta, mais ele fica dependente de outros” (WALTZ, 1979, p. 106, tradução nossa).

A partir da publicação de Waltz, também veio a obra de Robert Gilpin com seu livro *War and Change*, publicado em 1981, em que aborda a questão da hegemonia nas Relações Internacionais.

A década de 1990 foi um período de testes para o Realismo e um divisor de águas para o Sistema Internacional, com a surpreendente desintegração pacífica da URSS trazendo automaticamente o fim da Guerra Fria e do mundo bipolar. Houve também como consequências a reunificação da Alemanha, países do Leste Europeu aderindo ao capitalismo e o reconhecimento dos Estados Unidos como única potência hegemônica no mundo.

Entretanto, cabe ressaltar que o Realismo e outras teorias não conseguiram "prever" a dissolução da URSS, mas os realistas tinham que lidar com ainda mais críticas pela afirmação da Globalização no mundo, por exemplo, fenômeno que Kenneth Walz via como uma tendência temporária.

O presente trabalho não tem a intenção de apresentar detalhadamente todos os teóricos e suas ideias que surgiram no período pela grande diversidade de grupos de autores e suas ideias defendidas, mas deve-se ressaltar que a maioria dessas teorias surgiu embasada em análises e críticas feitas ao Realismo Estrutural de Waltz.

3.2 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO REALISMO

Considerando todos os autores do Realismo, verifica-se que há pontos de divergência no modo de visualizar o mundo, de acordo com o contexto histórico que cada viveu. Mas há também pontos de convergência, como a centralidade do Estado como autor no cenário internacional, anarquia internacional, sobrevivência do Estado e poder.

Na visão dos realistas mais clássicos, o Estado é o único ator das Relações Internacionais. Alguns neorealistas assumem que há outros atores atuando no Cenário Internacional, mas eles não têm o poder de tirar a importância central que o estado disponibiliza.

Há duas funções essenciais que um Estado deve cumprir: manter a paz entre os cidadãos de dentro de seu território e garantir que sua soberania seja respeitada por outros países investindo na segurança de suas fronteiras.

Essa segurança precisa ser garantida pelo fato de que há uma anarquia existente no cenário internacional. Essa anarquia é a inexistência de um poder maior, que regule as ações dos estados. Então não há garantia de que se esteja livre de invasões estrangeiras.

Por essa razão, a sobrevivência do Estado na Anarquia existente no Cenário Internacional passa a ser o interesse nacional que cada um deles busca alcançar, pois não há garantias de que ele esteja livre de invasões estrangeiras vindas de qualquer parte. Com isso, a situação da anarquia internacional também leva a busca de um Estado pelo poder, que é algo relativo e seu significado difere nas visões de seus atores.

4. GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Nos dias de atuais, vive-se em um mundo cada vez mais integrado: tradicionais fronteiras entre países estão sendo cada vez mais irrelevantes devido à globalização surgida na década de 1970 como uma moda passageira, mas impulsionada pelo fim da Guerra Fria que dividia o mundo em uma bipolaridade firmada entre Estados Unidos e União Soviética. Aos poucos esse fenômeno foi sendo consagrado como uma realidade presente principalmente nas sociedades liberais democráticas.

Pela pluralidade de áreas e fenômenos que envolvem a Globalização, ainda não há um consenso geral sobre a sua correta definição, mas é possível citar alguns conceitos desenvolvidos por autores para que haja uma noção do que tal acontecimento se trata.

Brigadão e Rodrigues (1998, p.8) destacam a interconectividade entre diferentes povos que a Globalização pode aproximar "[...] uma "aldeia global", com o mundo todo conectado: Estados, sociedades pessoas, culturas, mercados, meios de transporte, de comunicação e de transformação".

Rodolfo Luz (2011, p. 420), por sua vez, apresenta a Globalização na área da economia, destacando que a interdependência dos países gera uma economia integrada, situação que antes era independente. Ele cita também que um fato local pode atingir um nível global, e o que é considerado global também pode se tornar local, atingindo todo tipo de sociedade, por menor que essa seja.

No entanto, disponibilizando uma visão mais abrangente, Sarfati (2005, p.318) afirma que globalização é um fenômeno que coloca abaixo as fronteiras existentes entre os Estados, consequência do avanço tecnológico, o que facilita fortemente troca de informações entre pessoas de partes diferentes do planeta. Esse fenômeno é observado em uma pluralidade de áreas da vida humana não somente na economia, mas também como, por exemplo, imprensa, educação, meio ambiente e cultura.

Uma das principais consequências da globalização foi o surgimento da cultura global, que pode ser entendida como cultura e costumes de uma determinada região expandida a nível global. O maior exemplo que temos sobre isso nos dias de hoje é a cultura americana, onde seu modo de vida é amplamente divulgado e imitado por jovens de todo o mundo.

O surgimento da internet foi um importante instrumento para a expansão da globalização devido à facilidade com que a web possibilita às pessoas para que façam contato umas com as outras sem se importar em que parte do globo elas estejam no momento. Essa comunicação pode ser garantida através de aparelhos de vários tipos como o computador comum, notebook, tablet ou smartphones. Estas ferramentas estão se tornando cada vez mais popularizadas e consumidas pela população com uma renda inferior, garantindo a democratização das novas tecnologias.

Em seu livro *A Terceira Onda*, escrito no ano de 1980, Alvin Toffler já afirmava a existência da população da Primeira Onda que foi caracterizada pela Revolução Agrícola, a

população da Segunda Onda que viveu a Revolução Industrial e a emergência da Terceira Onda caracterizada como a Era Tecnológica contexto que estamos vivendo nos dias atuais.

Alguns autores chamam de Revolução da Informação os dias que estamos vivendo, mas ele escolhe denominar como "A Terceira Revolução Industrial" que é baseada nos rápidos avanços tecnológicos envolvendo computadores, comunicações e softwares que passam por reduções dramáticas de custos de criação, processo e transmissão de informação (NYE, 2010, pp. 1-2, tradução nossa).

Há muito tempo a sociedade discute e celebra os benefícios que o desenvolvimento e popularização da internet e de novas tecnologias trouxeram para o Brasil e para o mundo. Não há dúvidas que a natureza global da internet expande o conhecimento humano e uma de suas principais consequências é fazer com que o cidadão avalie o meio em que vive, comparando a com países mais desenvolvidos, e cobre de seus governantes investimentos em vários setores essenciais como saúde, educação e transporte público de qualidade para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Entretanto, há outra visão que há pouco tempo passou a ser discutida: os malefícios da internet, que podem vir de muitas maneiras causando danos a apenas um cidadão, ou uma sociedade inteira.

Esses problemas podem atingir grandes empresas através de violação de direitos autorais como downloads ilegais de filmes, séries, músicas e programas para computadores, como também atingir diretamente a reputação de uma pessoa como divulgação de vídeos e fotos íntimas na internet.

Para piorar a situação dos indivíduos que passam por essa situação, o infrator pode se encontrar em outro país, o que dificulta em muito sua localização e a aplicação de uma punição adequada, pois envolve leis e soberanias de diferentes países e não é garantia uma cooperação entre os Estados em situações como esta.

Há ainda perigos mais sérios, como a pedofilia presente na rede, em que a troca de material pornográfico infantil pode ser feita muitas vezes sem punição, devido à dificuldade de se encontrar os infratores, situação em que a polícia fica dependente de denúncias para investigar os casos.

Retornando para a área pública do tema, englobando situações de Estado para Estado ou Estado para Organização Internacional, deve-se primeiramente ter algumas definições de

cibernética e espaço cibernético, domínio que todo país com um mínimo de tecnologia em seu território e entre seus cidadãos disponibiliza.

Conforme a definição de Brigagão e Rodrigues (1998, p.55) cibernética é "a ciência do controle e comunicação de máquinas e animais".

Em relação ao conceito de espaço cibernético, Gibson (1980 apud LEMOS e PALÁCIOS, 2000, p.138) o define como um "mundo virtual, onde transitam as mais diferentes formas de informação e onde as pessoas que fazem parte da sociedade da informação se relacionam virtualmente, por meios eletrônicos".

Há ainda definições com maior dificuldade de compreensão como Lessing:

Espaço Cibernético não é um lugar, são muitos lugares. As características destes muitos lugares não são idênticas, eles diferem em aspectos que são fundamentais. Estes diferenças existem nas pessoas que povoam estes lugares. Mas a demografia sozinha não irá explicar a variedade de características. (LESSING, 1999, p. 63, tradução nossa).

Já Mandarino (2010, p. 48) fornece uma análise mais complexa, afirmando que

Espaço Cibernético a principio é um espaço autorregulado e autônomo que permite a troca de informações das mais variadas formas, por pessoas e equipamentos que fazem uso de toda uma infraestrutura crítica de informações, sem maiores conhecimentos técnicos de como essa troca se processa e sem uma clara percepção das suas consequências.

Finalmente, Nye (2010, p.03) considera Ciberespaço como "um domínio operacional formado pelo uso de eletrônicos para explorar informações via sistemas interconectados e suas estruturas associadas".

Apesar da dificuldade de se chegar a um consenso comum sobre espaço cibernético, talvez pelo fato de ser um tema novo e pouco discutido em sociedade, há um consenso entre autores de que cada país mantém o seu próprio espaço, e é claro, há um interesse de mantê-lo a salvo de futuras invasões advindas de países terceiros, garantindo sua segurança cibernética.

Como mencionado anteriormente, a vantagem desse tipo de invasão é o anonimato quase que garantido, devido ao fato da dificuldade de se localizar seu invasor e agressor se o mesmo estiver realmente qualificado para realizar tais atos. É necessário haver material

tecnológico desenvolvido para tanto, algo que requer altos investimentos que apenas países desenvolvidos podem arcar.

4.2 GUERRA CIBERNÉTICA

Alguns autores já preveem, em médio prazo, uma futura guerra cibernética entre países, que há muito tempo deixou de ser vista como uma mera questão de ficção científica e passou a ser considerada uma realidade próxima de todos.

Geralmente os Estados que são mais apontados como "futuros combatentes" são Estados Unidos e China, dois altos investidores de tecnologia de ponta nessa área, que constantemente fazem acusações mútuas de ataque. Entretanto, Índia, Rússia e países europeus também se dedicam a providenciar desenvolvimentos tecnológicos significativos, pois, conforme lembra Sun Tzu (2001, p.8), é de grande importância desfazer a resistência do inimigo sem lutar.

Essa é a linha de raciocínio de um pensador antigo, mas que ao mesmo tempo continua tão atual a ponto de ser usada para definir uma das vantagens que um ataque cibernético pode dispor para um Estado: há diminuição de perdas de vidas humanas, do lado do atacante pois os ataques são realizados em salas equipadas a milhares de quilômetros de seu alvo e em muitos casos não é possível localizar seu agressor.

Nesse sentido, Richard Clarke, antigo responsável por combater o terrorismo na Casa Branca dos Estados Unidos quando aconteceram os atentados de 11 de setembro, afirma que a Guerra Cibernética é o maior desafio da segurança no século 21.

Dessa forma, fica em evidência a definição de Clarke e Knake de guerra cibernética enquanto "ações de um Estado para penetrar propositalmente em uma rede de computadores de outro país com o objetivo de causar danos, rupturas ou até falsificações" (CLARKE; KNAKE, 2010, p. 6, tradução nossa).

Em entrevista ao programa Milênio do canal Globo News³, o autor afirma que um ataque cibernético pode fazer com que trens parem de rodar, que água deixe de ser bombeada, que oleodutos explodam e a energia do país seja cortada.

Para tanto, o autor frisa que é necessário que se entre antecipadamente nos sistemas dos países, para que quando necessária a realização de tais ataques, ocorram de maneira mais rápida devido ao conhecimento dos sistemas dos países adquiridos antecipadamente. Assim, na opinião do autor, os Estados Unidos devem investir em segurança cibernética pelo fato do país ser um grande dependente de sistemas cibernéticos para a composição de sua infraestrutura essencial.

Conforme ressalta Mandarin (2010, p. 23), o ataque cibernético pode ser feito em várias intensidades, de uma descaracterização de uma página na web na intenção de ridicularizar as instituições do qual elas pertencem, até o ataque de sistemas de países para danificá-los ou comprometê-los de vez.

Recentemente, o diretor do FBI (*Federal Bureau Investigation*) James Comey⁴ concedeu uma entrevista ao programa americano 60 minutes, do canal CBS. Na conversa com o repórter, Comey acusou a China de iniciar uma "guerra cibernética" contra os americanos. Afirmou ainda que há uma lista de países que atacam os sistemas americanos todos os dias, mas o país asiático está no topo da lista proferindo ataques contra empresas americanas para copiar habilidades e roubo de informações secretas, e, então, obter privilégios em futuras negociações que empresas americanas possam ter com empresas chinesas.

Em suas declarações, Comey afirma também que esses ataques custam bilhões de dólares para a economia americana, por isso, há um alto investimento na área.

Não é de hoje que os chineses se transformaram nos principais "competidores" dos Estados Unidos em várias áreas como economia, influência internacional, armamento bélico e tecnologia de todos os tipos, incluindo ataques e defesa cibernética. Muito se discute entre os autores sobre a possibilidade de a China assumir o posto de potência número um do mundo, lugar que atualmente é ocupado pelos Estados Unidos da América. Entretanto, as autoridades

³ Entrevista de Richard Clarke disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QvXWPTqt564>

⁴ Mencionado em entrevista ao programa 60 minutes veiculada na data 12/10/2014 no canal americano CBS. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/fbi-director-james-comey-on-privacy-and-surveillance/>

americanas envolvidas no assunto pouco ou nada falam sobre os ataques que são realizados contra outros países, apenas as defesas que o país elabora.

No ano de 2012 foi publicada uma reportagem no jornal The New York Times⁵ de grande prestígio no mundo todo, a respeito de um ataque que os americanos realizaram contra computadores da usina nuclear do Irã, no auge das discussões sobre se o país persa poderia enriquecer urânio ou não, devido a possibilidade de criação de armas nucleares.

Segundo o jornal, esse ataque foi pessoalmente autorizado pelo presidente Barack R. Obama em reunião na Casa Branca com o seu vice Joseph R. Biden e o presidente da CIA na época, Leon E. Panetta.

O ataque possibilitou a invasão dos sistemas iranianos, afetando as centrífugas que trabalhavam para purificar o urânio pela instalação de um vírus denominado STUXNET, desenvolvido pela parceria entre americanos e israelenses.

O jornal afirma que o ataque foi descoberto pelos iranianos, mas não a tempo de evitar que suas instalações fossem seriamente atingidas. Após esse episódio, o governo iraniano passou a investir mais na área de segurança cibernética na tentativa de evitar a repetição de tal situação.

Ganha espaço aqui, a noção de segurança cibernética, que segundo Mandarino (2010, p. 49) é "a prática de se assegurar a existência e continuidade da Sociedade da Informação de uma nação, garantindo e protegendo, no espaço cibernético, seus ativos de informação e suas infraestruturas críticas".

4.3 ESPIONAGEM AMERICANA

⁵ Informações referentes aos ataques cibernéticos americanos extraídas do site do jornal N.Y Times. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/06/01/world/middleeast/obama-ordered-wave-of-cyberattacks-against-iran.html?pagewanted=all&_r=0

Um dos tipos de ataques cibernéticos mais conhecidos gerando grande repercussão no mundo foi a espionagem americana, tendo sido provado, através de documentos, que os Estados Unidos estavam espionando cidadãos americanos e de vários países.

Para a abordagem de tal assunto, é necessário antes fazer uma pequena apresentação sobre organizações governamentais de inteligência e algumas de suas funções.

Com o intuito de colaborar para a proteção da soberania do seu país de origem, Agências de Inteligência atuam como um departamento do Estado que possui todo um aparato de equipamento, tecnologia e mão de obra qualificada para a realização de tal serviço.

No Brasil, conta-se com a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência)⁶, criada em 1999 com a missão de desenvolver e executar atividade de inteligência no Estado brasileiro.

Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, a ABIN tem por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

Compete, ainda:

I - executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo;

II - planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;

III - planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;

IV - avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;

V - promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência e

VI - realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência

⁶ Informações extraídas da página oficial da Agência Brasileira de Inteligência, a respeito das funções do órgão e os principais detalhes de suas competências. Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=Institucional#competencias

Mundialmente, a CIA (*Central Intelligence Agency*)⁷ é vista como a agência de inteligência mais poderosa do mundo, criada após a Segunda Guerra em 1947 pelo presidente Harry S. Truman, ao reconhecer a necessidade de criação de uma organização de inteligência centralizada na época da Guerra Fria. Logo após a abertura de seus trabalhos, o objetivo inicial era de conter o comunismo em expansão na época. Mas com o fim da Guerra Fria e o surgimento de outras questões na agenda de política externa americana, suas funções foram mudando, como em dezembro de 2004, quando o então presidente George W. Bush assinou o Ato de Prevenção ao Terrorismo, reestruturando a agência e mudando alguns cargos e funções de dentro da organização.

Nos últimos anos, a CIA foi frequentemente contestada pelos métodos que utiliza, como abuso de autoridade e autorização para técnicas de tortura para lidar com o terrorismo que os Estados Unidos afirmam combater. Entretanto nos últimos tempos, a CIA cedeu os holofotes para a agência americana alvo maiores críticas, a NSA (*National Security Agency*)⁸ que, entre suas principais funções, dedica-se principalmente à interceptação e criptoanálise de informações advindas do seu território nacional e de todos os países do mundo. Atualmente, ela ocupa o posto de maior agência no segmento.

Conforme lembra Greenwald (2014, p. 13), na década de 1970, auge da Guerra Fria, a NSA realizava atividades de espionagem de pessoas com base em suas crenças políticas. Alguns desses nomes seriam Martin Luther King e John Lennon, duas personalidades hoje em dia lembradas e admiradas pela coragem de agir de acordo com o que acreditavam.

Um dos fatos mais interessantes sobre a NSA é que, durante muito tempo, desde o início de suas atividades no ano de 1952, sua existência foi negada pelo governo dos Estados Unidos. Essa situação gerou piadas com o nome da organização como NSA - *Never Say Anything*, ou NSA - *No Such Agency*.

A condição de anonimato da agência foi mudada no ano de 1982, após a publicação do livro *The Puzzle Palace*, do jornalista James Bamford, que confirmou para o mundo a sua existência e revelou parte dos trabalhos organizados, desmentindo todas as afirmações do governo americano sobre a não existência da mesma e os trabalhos ali realizados.

⁷ Informações extraídas do site da CIA há respeito da história da organização e suas reestruturações. Disponível em: <https://www.cia.gov/about-cia/history-of-the-cia>.

⁸ Para mais informações acessar: <http://canaltech.com.br/o-que-e/espionagem/O-que-e-a-NSA/>.

O que não se esperava é que, pouco mais de 30 anos depois, no ano de 2013, uma nova pessoa faria com que a agência se destacasse nos meios de comunicação de todo o mundo, por revelar o trabalho que é feito internamente na organização. Essas revelações, embasadas por documentos oficiais baixados internamente, geraram debates mundiais acalorados sobre os limites da vigilância do governo americano, e suas justificativas esperadas como uma das formas de combater o terrorismo.

Edward Snowden saiu do anonimato total para se tornar um dos homens mais conhecidos do mundo e entrar na lista dos maiores procurados pelo governo dos Estados Unidos, por sua escolha em divulgar as sérias violações de soberania de todo o mundo com a consciência do caminho sem volta que trilharia, mudando completamente a sua vida provavelmente para sempre.

Na época, Snowden trabalhava no Havaí para a empresa Booz Allen Hamilton, uma prestadora de serviços na área de defesa dos Estados Unidos. Entre suas especialidades, Snowden é capaz de hackear sistemas civis e militares de outros países para roubar informações ou preparar ataques sem deixar vestígios. O especialista se tornou um excelente exemplo de hacker que grandes órgãos governamentais desejam contratar.

Snowden especifica no livro de Greenwald (2014, p.54) a motivação para realizar tantas denúncias: "a real medida do valor de alguém não é aquilo que a pessoa diz acreditar, mas o que ela faz para defender essas crenças. Se você não age de acordo com essas crenças, é provável que elas não sejam sinceras".

Após terminar de baixar todos os documentos para usar como provas, Snowden fugiu para Hong Kong, onde se encontrou com jornalistas para a entrega de material, contando com o apoio do The Guardian. Encontra-se agora na Rússia, através da obtenção do direito de asilo que o país concedeu ao rapaz para garantir sua segurança.

É válido citar que Chelsea E. Manning, que na época atendia por Bradley Manning, antes de sua decisão para a mudança de gênero, não teve a mesma sorte: sendo uma fonte oficial dos vazamentos de informações feitos pelo site Wikileaks⁹, foi julgada e condenada a 35 anos de prisão pelo governo americano.

O Wikileaks foi o maior fator de mudanças no mundo advindo da internet. A organização sem fins lucrativos, localizada na Suécia, se tornou conhecida nos quatro cantos

⁹ Informações extraídas do site oficial da organização. Disponível em: <https://wikileaks.org/>.

do planeta devido ao vazamento de informações sobre os horrores das guerras que os Estados Unidos travaram contra o Afeganistão e Iraque, expondo parte dos erros que os americanos cometeram nos conflitos e escondiam da opinião pública como a perseguição e morte de civis inocentes.

O seu fundador, Julian Assange ¹⁰, também sofreu consequências pelas denúncias ao ser acusado de agressão sexual na Suécia. Hoje em dia ele se encontra refugiado na embaixada do Equador na Inglaterra, podendo ser preso se tentar fugir da representação diplomática.

Outro nome que se destaca nas denúncias de espionagem é Glenn Greenwald, um escritor e jornalista americano que atualmente mora na cidade do Rio de Janeiro com seu companheiro brasileiro David Miranda. Greenwald que em parceria com Snowden é responsável pela divulgação dos documentos, divulgou através do jornal britânico The Guardian os atos praticados pelo governo dos Estados Unidos. O fato de o jornalista morar no Brasil proporcionou uma visão muito mais próxima da realidade que muitos cidadãos de outros países, devido à facilitação de entrevistas que veículos de mídia brasileiros têm com Greenwald.

Há também um terceiro e quarto nome a serem mencionados: Laura Poitras, uma cineasta e jornalista americana que participou de todo o começo do processo de contato entre Snowden e Greenwald até o momento da divulgação da reportagem no jornal e as consequências que viriam logo a seguir, e Ewen MacAskill, antigo jornalista do The Guardian, que se juntou a Greenwald e Poitras na viagem que a dupla fez a Hon Kong para o encontro com Snowden.

A primeira matéria a ser publicada¹¹ foi em junho de 2013, sobre os grampos que possibilitavam escutas telefônicas dos cidadãos americanos pela Verison Communications, a principal empresa de telefonia dos Estados Unidos. Após a publicação da informação, passou-se a discutir quase que instantaneamente sobre os limites de vigilância do governo perante seus cidadãos e os envolvidos nas matérias receberam inúmeros pedidos de entrevistas nos meios de comunicações americanos. Foi o começo de um dos maiores debates sobre a

¹⁰ Informações referentes à situação de Julian Assange extraídas do site DW. Disponível em: <http://www.dw.de/fundador-do-wikileaks-se-refugia-na-embaixada-do-equador-em-londres/a-16038314>.

¹¹ GREENWALD, G. Sem Lugar Para se Esconder. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014.p. 78.

questionável postura adotada pelo governo americano pelo pretexto de garantir a segurança de seu país utilizando a espionagem como um dos instrumentos.

Um dos programas criados pela NSA mais comentados foi o PRISM¹², essencial para que a organização disponibilizasse dados de usuários de empresas de internet. Foi na divulgação dessa reportagem, passada e divulgada pelo jornal The New York Times, que a espionagem americana passou de um assunto de preocupação interna nos Estados Unidos, para um assunto mundial. A razão para essa preocupação é que nove empresas de tecnologia americanas como Apple, Microsoft, Yahoo! Facebook, Skype, Paltalk, AOL, Google e Youtube que são amplamente usadas no mundo todo. Assim sendo, o programa expandiu a vigilância da NSA para um número incontável de pessoas ao redor do globo.

Essas revelações, é claro, trouxeram problemas para a indústria de tecnologia na questão de desconfiança de seus usuários. O Google ¹³, por exemplo, viu a desconfiança dos seus usuários piorar devido a esse episódio, visto que a empresa já lidava com questões sobre o que era feito com os dados que as pessoas disponibilizavam via web.

Antes das divulgações das reportagens no jornal, essas empresas foram contatadas e avisadas pelo próprio The Guardian sobre os planos de divulgação. Todas as respostas foram de que nada sabiam sobre os abusos feitos pelo governo desde 2007. Mas logo essa afirmação foi desmentida pelo fato de que a Yahoo! travou uma briga judicial com a NSA por não querer entrar para o PRISM. No final, a empresa foi obrigada a entrar para o programa pela FISA ¹⁴.

Em seu livro, Gleen Greenwald¹⁵ disponibiliza um slide que faz parte dos documentos baixados e entregues por Snowden que representa a abrangência de informações que essas empresas disponibilizavam:

¹² Ibid, p.115.

¹³ Informações extraídas da revista Exame, ed. 1050, Ano 47, p. 44.

¹⁴ Foreign Intelligence Act , Lei que permite que os Estados Unidos possa espionar cidadãos não americanos.

¹⁵ Ibid, p.117.

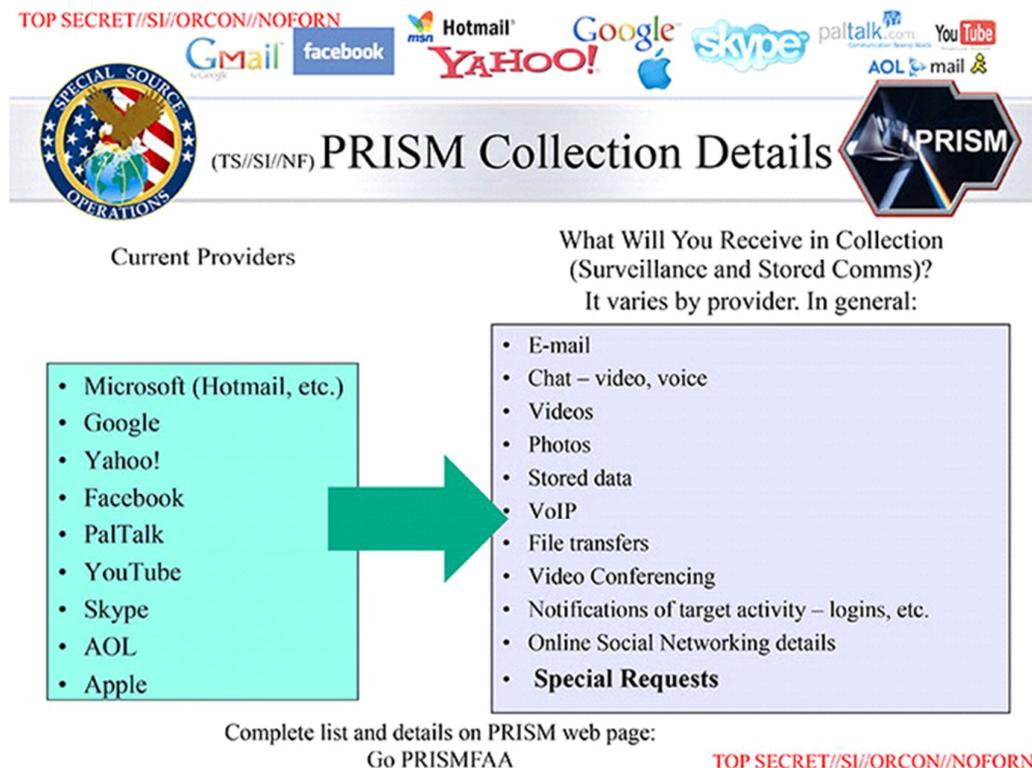


Figura 1 – Detalhes da coleta de dados do programa PRISM.

Fonte: Greenwald (2014, p. 117)

Nesta imagem, verifica-se, na coluna da esquerda, provedores atuais, e na coluna da direita, o que pode ser obtido na coleta (vigilância e comunicações armazenadas).

De modo geral: e-mail/chat (vídeo, voz) vídeos, fotos, dados armazenados, voip, transferência de arquivos, videoconferências, notificações de atividade do alvo (logins, etc) detalhes de redes sociais na internet e solicitações especiais.

Há outros programas ¹⁶ que devem ser citados por fazer parte da abrangência da espionagem da NSA. Esses programas são citados no livro de Greenwald:

- **PROJECT BULLRUN (projeto corrida de touros):** usado para burlar as formas de criptografias mais usadas para garantir a segurança das transações feitas na internet.
- **EGOTISTICAL GIRAFFE (girafa egomaniaca):** permite a navegação anônima pela internet.

¹⁶ GREENWALD, G. Sem Lugar Para se Esconder. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014, p.101.

- **MUSCULAR (musculoso):** que permite invadir as redes pessoais do Google e Yahoo!

Abordando mais especificamente a espionagem que os Estados Unidos fez contra o Brasil, as denúncias foram publicadas em um momento de reaproximação entre os dois países, situação que ficou estagnada após a revelação dos atos americanos.

A presidente brasileira Dilma Rousseff estava de viagem marcada para a cidade de Washington para uma visita a Casa Branca. Primeiramente o governo brasileiro cancelou a reunião da equipe preparatória, sinalizando a viagem como incerta; logo após, veio a confirmação do cancelamento total.

O anúncio foi feito após a comentada ligação que o presidente Obama fez a Dilma, que segundo o site Estadão¹⁷ teria durado aproximadamente 20 minutos. O cancelamento foi acordado entre ambos e anunciado primeiramente pelo governo brasileiro, e logo após pelo americano, por meio de nota oficial. A principal explicação é que não teria mais como se dedicar a negociações econômicas na pauta, que seria dominada apenas pelo assunto espionagem.

No mesmo ano, em discurso¹⁸ feito na Assembleia Geral da ONU nos Estados Unidos, Dilma fez uma longa citação a respeito da espionagem e dos males que ela pode trazer a comunidade internacional. O discurso recebeu uma especial atenção pelo Brasil ser tradicionalmente o primeiro a discursar na reunião e a determinação de Dilma em querer lutar contra os abusos de espionagem por parte do governo americano.

Segundo as denúncias feitas por Greenwald¹⁹, os Estados Unidos também se dedicam à espionagem diplomática, monitorando a presidente Dilma e seus principais consultores.

Abaixo, podemos visualizar o slide que faz parte dos documentos divulgados e fora disponibilizado no livro de GreenWald:

¹⁷ Informações extraídas so site do jornal Estadão referentes ao cancelamento da viagem de Dilma Rousseff. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-cancela-viagem-aos-eua,1075730>

¹⁸ Para visualização do discurso completo de Dilma Rousseff na Assembleia geral da ONU acessar página: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

¹⁹ GREENWALD, G. Sem Lugar Para se Esconder. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014, p.118.

TOP SECRET//COMINT//REL TO USA, GBR, AUS, CAN, NZL

(U//FOUO) S2C42 surge effort**(U) Goal**

(TS//SI//REL) An increased understanding of the communication methods and associated selectors of Brazilian President Dilma Rousseff and her key advisers.



TOP SECRET//COMINT//REL TO USA, GBR, AUS, CAN, NZL

Figura 2: Espionagem da presidente Dilma Rousseff e seus conselheiros.

Fonte: Greenwald (2014, p. 148)

Na imagem acima, verifica-se o interesse americano em obter detalhes na comunicação da presidente brasileiras com seus principais consultores.

Há outras denúncias envolvendo o Estado brasileiro, referente à Petrobras, apontando que a empresa estatal de economia mista foi alvo de espionagem econômica. Nos slides divulgados não está especificado o interesse na estatal, mas imagina-se que poderia ter sido pelo pré-sal, que na época estava para ser leiloar os royalties do petróleo (direito de empresas em extrair o petróleo brasileiro).

Não há dúvidas de que essas provas são verdadeiras, mas muitas pessoas ainda não veem uma razão para o governo dos Estados Unidos se interessar pelo Brasil. Deve-se considerar a posição de destaque que o país disponibiliza na geografia da América do Sul, fazendo fronteira com a maioria dos países da região.

Pode-se citar também o fato de o Brasil ser, sem nenhum tipo de dúvida, a maior potência econômica da região e líder do MERCOSUL, bloco econômico que também conta com a participação de Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Essas condições garantem ao Estado brasileiro posição de liderança na região, o que gera atenção especial aos Estados Unidos, pois é necessário certificar se o Brasil não oferece algum tipo de risco a hegemonia americana.

4.4. OTAN

A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)²⁰ integra os Estados Unidos e países europeus, e disponibiliza de um departamento exclusivo para a defesa cibernética entre países denominado de *Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence*. O surgimento do departamento aconteceu devido aos ataques realizados contra instituições públicas e privadas na Estônia no ano de 2007, o que provocou uma crise diplomática do país com a Rússia, acusada de proferir os ataques.

Essa situação foi o suficiente para que os países concordassem que era necessário um trabalho concentrado nessa área. Como resultado, a OTAN aprovou sua primeira Política de Defesa Cibernética em janeiro de 2008. Foi o começo de uma cooperação que se desenvolve ao longo do tempo para a sofisticação de novas tecnologias para a proteção dos sistemas de informação e comunicação dos países participantes. Em suas atividades, estão incluídos trabalhos de treinamento de funcionários, consultas e recuperação de ataques proferidos por outros países.

Esse é um exemplo de países que, em cooperação, trazem resultados concretos na área. Mas a OTAN pode ser considerada um caso a parte de todas as tentativas de países que, em conjunto, tentaram investir para o desenvolvimento no espaço cibernético na busca de resultados concretos. Pode-se atribuir essa característica ao fato de ser uma aliança antiga, que visa a segurança em todos os aspectos, inclusive a segurança cibernética, tratada pelos países participantes como uma questão de Estado.

²⁰ Informações extraídas da página oficial da OTAN referentes a história do Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm

5 REALISMO CIBERNÉTICO

Depois de feita uma abordagem do Realismo no primeiro capítulo do presente trabalho, incluindo sua história, autores e pressupostos, foi abordado no capítulo seguinte os problemas que o uso que países fazem do meio cibernético com o objetivo do autobenefício vem trazendo à sociedade internacional.

Os problemas se iniciam quando um país, consciente de seu poder cibernético e do fato de que não há um poder central que regule suas práticas no ciberespaço, faz uso desses mecanismos sem se importar com os danos causados a um segundo país.

Nessas questões, é comum que os Estados Unidos ganhem destaque, por ser o maior investidor em tecnologias na área, mas a verdade é que essa prática já se tornou comum em todos os países do mundo, em maior ou menor grau, dependendo de suas condições disponíveis para a realização de tais atos.

Essas questões são pertinentes para analisar o Realismo Clássico e Moderno, sob as perspectivas do espaço cibernético, podemos denominar essa análise como Realismo Cibernético, principal objetivo do capítulo.

O Realismo Cibernético, no presente trabalho, é entendido como a aplicação dos pressupostos realistas tradicionais via espaço cibernético, cada vez mais usado como instrumento da política internacional de países com condições de realizar investimentos na área.

Antes de apresentar os pressupostos de tal análise, é oportuno reforçar a ideia de que os argumentos apresentados a seguir estão longe de se tornar a verdade absoluta, devido à pluralidade de fenômenos que ocorrem na sociedade internacional e a impossibilidade de criação de uma teoria que abranja todos esses fenômenos. O objetivo é apenas abranger uma pequena parte deles, restringindo-se à ação dos Estados além das fronteiras de seu espaço cibernético.

Retornando a questão da espionagem americana, há um slide de um dos documentos baixados por Snowden e divulgados por Greenwald ²¹, presente também em seu livro, que

²¹ GREENWALD, G. Sem Lugar Para se Esconder. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014, p.179

melhor ilustra a questão da busca pelo poder que os realistas tanto defendem e que ainda está presente na Sociedade Internacional atual.

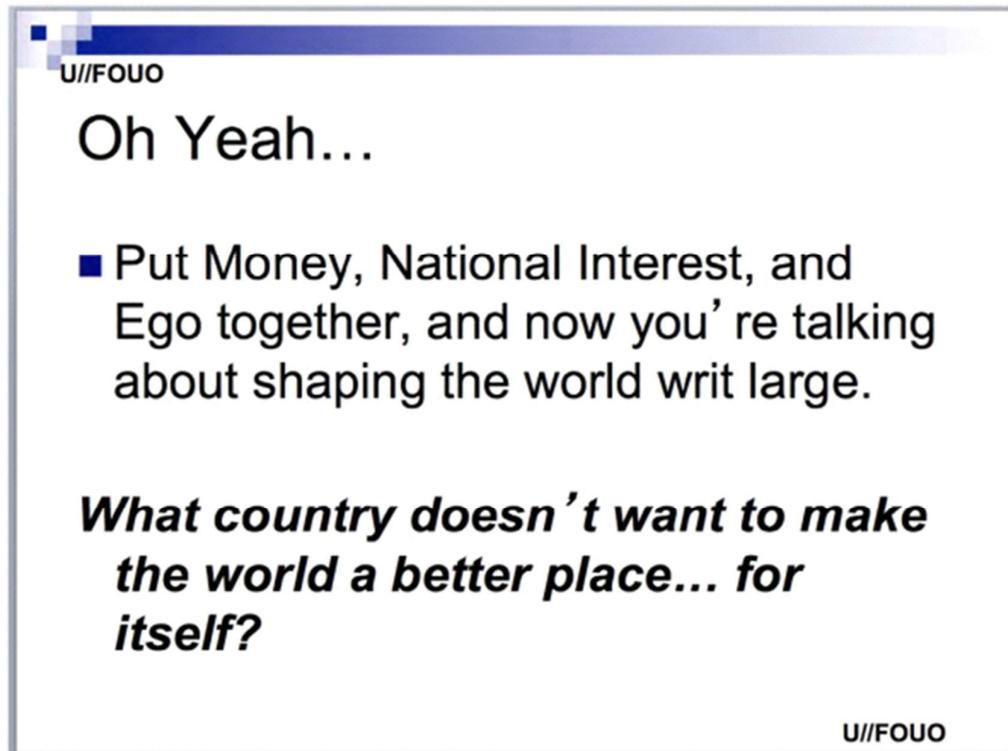


Figura 3: Interesse Nacional americano.

Fonte: Greenwald (2014, p. 179)

Na imagem, lê-se: É ISSO AÍ... Coloque dinheiro, interesse nacional e ego juntos, dessa maneira, você pode falar em moldar o mundo da maneira mais ampla possível. Que país não quer fazer do mundo um lugar melhor... para si mesmo? (tradução nossa)

Segundo Greenwald ²², esses slides foram apresentados a um grupo de altos funcionários da NSA com o objetivo de discutir a perspectiva de padrões internacionais. O apresentador foi um "Alto Funcionário de Inteligência Nacional da NSA/SIGINT (SINIO) para a Ciência e Tecnologia", e sua identidade não foi revelada na obra.

O autor frisa também que em determinadas áreas da NSA há uma sinceridade notável de alguns funcionários em relação ao verdadeiro objetivo de se construir um sistema de

²² GREENWALD, Op. Cit., p.178.

vigilância secreta tão abrangente, ou seja, a arrogância da pessoa que trabalhou na elaboração desses slides não é um caso isolado na organização.

Abaixo, há outro slide ²³ que demonstra o que o domínio americano sobre a internet trouxe para contribuir para a o poder dos Estados Unidos.



Figura 4: Ganhos obtidos com a espionagem.

Fonte: Greenwald (2014, p. 179)

Em tradução livre, o conteúdo do slide diz: “qual a ameaça? Sejam claros: o mundo ocidental (sobretudo os Estados Unidos) conquistou influencia e sobre tudo ganhou muito dinheiro estabelecimento de padrões anteriores/ os Estados Unidos foram o principal responsável por moldar a internet atual. Isso resultou em uma exportação generalizada da cultura e da tecnologia norte-americanas. Resultou também em muito dinheiro ganho por entidades norte-americanas”.

Atrelando o exposto ao conceito de poder no Realismo, é consenso geral entre seus autores que a atuação do Estado no Cenário Internacional é objetivada pela busca pelo seu poder perante as demais nações.

²³ Ibid, p.179.

Nogueira e Messari ²⁴ (2005, p.28), por exemplo, afirmam que o conceito é relativo e pode ser interpretado de várias formas por diferentes autores. Para esses autores (2005, p.29) alguns autores definem poder como a total capacidade que o país adquiriu em certa área, outros definem que um Estado só tem poder em uma área se esse poder for maior que do outro Estado.

É claro que não estamos mais na época da criação do Realismo Clássico, ou na era de domínio de Realismo Moderno, época em que Carr e Morgenthau fizeram suas contribuições. Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança drástica na postura dos países em relação a guerra que deve ser usada como último recurso e outras questões entraram para dominar as agendas dos Estados nacionais como o Comércio Mundial.

Nesse sentido, o poder aqui discutido é o poder cibernético que “é a habilidade de obter resultados preferenciais através da utilização dos recursos de informações eletronicamente no domínio cibernético” (NYE, 2010, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, não se deve ignorar o fato de que a busca pelo poder está implícita na maioria das ações dos Estados nacionais, sejam eles obtidos por vias políticas, econômicas, cibernéticas o qualquer outro recurso disponível. Dessa forma, nota-se que o que mudou em relação ao poder foram as formas de busca por ele, consideradas muito mais contidas do que antigamente e principalmente, sem o recurso da violência, rechaçada na Sociedade Internacional atual.

Aqui, é possível lembrar Maquiavel (1997, p.68), para quem deve-se investir na segurança de seu território nacional, assim dificultam-se os planos do inimigo que almeja uma invasão, tendo o povo a seu lado.

Essa linha de pensamento de Maquiavel pode ser aplicada em duas características do espaço cibernético atual: segurança cibernética e espionagem.

O autor Raphael Mandarino Jr, especialista brasileiro em espaço cibernético, é um defensor da proteção das infraestruturas críticas, definidas como "aquelas que uma vez prejudicadas por fenômenos de causa naturais - terremotos ou inundações - ou por ações intencionais de sabotagem ou terrorismo, traz reflexos negativos para toda a nação" (MANDARINO, 2010, p. 38).

²⁴ NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 28.

O problema é que em muitos países o fornecimento de água e energia, partes dessas infraestruturas físicas fundamentais para toda a sociedade, é sistematizado via computadores com o uso da internet, criando, portanto, um alvo fácil para países que, com poder tecnológico e interesses suficientes, podem afetar a distribuição desses recursos no país em questão. Por isso, são necessários investimentos constantes em segurança cibernética, para que se evite invasões e as consequências negativas que elas podem trazer para um Estado.

Já em relação à espionagem, primeiramente deve-se citar as espionagens praticadas por outros países, desmitificando a ideia de ser uma atividade exclusiva dos Estados Unidos. É válido lembrar que não há uma lista concreta de países que praticam a vigilância ilegal contra outros, mas é possível citar alguns que já foram acusados da prática como França, Alemanha e China.

Segundo o Jornal português DN ²⁵, a França é o país mais ativo em espionagem industrial no mundo. Essa informação foi obtida através de telegramas divulgados pelo Wikileaks e publicados no jornal norueguês Aftenposten. A reportagem também afirma que a França é descrita como “império do mal” no que diz respeito ao roubo de tecnologia.

O jornal divulga um trecho desses telegramas, atribuído à embaixada dos Estados Unidos na Alemanha, afirma-se que "a espionagem francesa é tão extensa que os danos [que provoca] à economia alemã são mais elevados do que os danos provocados pela Rússia ou a China".

Há outra questão de importante destaque que merece ser mencionada: após as denúncias de espionagem americana, a França, como muitos outros países, se posicionou contra, mas no ano de 2013 foi aprovada uma lei nacional que permite a espionagem sem a necessidade de autorização e em tempo real.

Em reportagem veiculada ao jornal Público ²⁶, parte da imprensa portuguesa, o artigo 13 da lei prevê um controle posterior dos pedidos de informação, mas não exige uma autorização prévia de um juiz para a monitorização da utilização de computadores, tablets e smartphones de pessoas comuns.

²⁵ Informações extraídas do site do jornal de origem portuguesa DN, disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1748461&seccao=Europa

²⁶ Informações extraídas do site do jornal de origem portuguesa Público. Disponível no link: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/franca-aprova-espionagem-na-internet-sem-necessidade-de-autorizacao-e-em-tempo-real-1616074>

Devido a essa situação, surgiram reclamações e críticas vindas de alguns setores da sociedade francesa sobre como essa vigilância será conduzida, com receios de ameaças a liberdade de expressão.

Já a Alemanha apresentou um caso interessante de se observar o desdobramento: a Primeira Ministra Angela Merkel condenou a espionagem americana principalmente a denúncia de que seu celular pessoal teria sido grampeado por um período de aproximadamente de dez anos.

O que a líder não imaginava é que seu país também passaria pelo constrangimento de denúncias acusando tais práticas. Segundo matéria veiculada ao site da revista Carta Capital²⁷, a imprensa alemã divulgou informações sobre o grampo que permitiu a escuta de conversas de Hilary Clinton, que ocupava o cargo de secretária de Estado americana na época. As explicações foram que a escuta foi feita por acaso, mas John Kerry também teve suas conversas telefônicas grampeadas.

Nas mesmas denúncias, foi citada também a vigilância que a Alemanha praticou durante anos contra a Turquia, fazendo o país chamar de volta seu embaixador, o que, na prática diplomática, significa descontentamento com o país em que se relaciona.

Em relação à China, o descontentamento se deve, em parte, às frequentes trocas de acusações que o país asiático faz com os Estados Unidos, amplamente divulgados pela mídia internacional. Porém, após as denúncias envolvendo o governo americano, o mesmo acusou a China de espionagem.

De acordo com o noticiado no site Terra, o país respondeu às acusações com certa irritação: "não há dúvida de que são os Estados Unidos os que realizam ciberespionagem, com suas escutas de pessoas, empresas e instituições em muitos países do mundo", declarou Hong Lei, porta-voz da chancelaria chinesa²⁸.

O porta-voz acrescentou ainda que

"O governo, o exército e os efetivos chineses que dependem dos Estados Unidos jamais estiveram tão envolvidos em supostos roubos informáticos de segredos comerciais. Do WikiLeaks ao caso Snowden (o ex-consultor da inteligência americana), a hipocrisia dos Estados Unidos e seu recurso a uma

²⁷ Informações extraídas do site da revista Carta Capital, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/acusacoes-de-espionagem-constrangem-governo-alemao-9116.html>

²⁸ Informações extraídas do site de notícias Terra. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/china-acusa-eua-de-hipocrisia-por-denuncia-de-espionagem,55ea7067e8916410VgnCLD200000b0bf46d0RCRD.html>.

moral dupla em matéria de segurança informática ficaram em evidência há muito tempo”²⁹.

A questão da segurança cibernética e todos os casos de espionagem podem ser justificados pelo governo de seus países como necessários à segurança nacional, conquistando automaticamente a apoio da maioria da população, assim como defende Maquiavel.

O governo americano, por exemplo, declarou e declara em seus comunicados a respeito do combate ao terrorismo, e oficializa em documentos públicos disponíveis online, os passos para a realização de seus trabalhos para a localização de terroristas:

Para realizar coletas autorizadas pela EO 12333 a NSA usa uma variedade de metodologias. Independentemente de autoridade ou fonte específica, a NSA aplica o processo descrito a seguir:

- 1- A NSA identifica entidades estrangeiras (pessoas ou organizações) que tinham informações sobre um estrangeiro não identificado. A NSA trabalha na identificação desse indivíduo que pode pertencer a uma rede terrorista.
- 2- A NSA desenvolve uma relação com a pessoa ou organização que compartilhou a informação ou a estrutura de comando ou controle através do qual esta pertence. Em outras palavras, se a NSA está monitorando um terrorista específico, ela vai se esforçar, para saber com quem essa pessoas esta em contato e para que direção ela esta tomando.
- 3- A NSA identifica quais os meios que o estrangeiro se comunica (raio, e-mail, telefone, etc).
- 4- Em seguida, é feita uma identificação da infraestrutura que essas comunicações possuem.
- 5- No próximo passo, a NSA identifica as vulnerabilidades dessas infraestruturas.
- 6- A NSA então coleta essas vulnerabilidades, ou desenvolve novas capacidades para adquirir as informações de interesse, se necessário”. (NSA; 2014, p.4, tradução nossa).

Não há dúvidas de que a espionagem pode realmente contribuir para tal fim, mas seria um erro afirmar que tudo em que esses países investem não teria outros objetivos como a obtenção de vantagens em várias áreas.

É possível retomar aqui, então, a noção de anarquia internacional, que, segundo Sarfati³⁰ (referência entre parênteses), é entendida como a ausência de um poder central mundial, deve ser usada com cuidado na questão do Realismo Cibernético.

²⁹ Ibid.

Nesse sentido, observa-se que, nos dias de hoje, há sim organismos que regulam, não totalmente, mas parcialmente, a sociedade internacional. Os trabalhos realizados nos OSC (Órgão de Solução de Controvérsias), também conhecido como Panel da OMC são um exemplo dessa regulação. No caso da OMC, os países aceitam previamente a jurisdição do órgão, automaticamente assumindo o compromisso de cumprimento das decisões sem direito a recurso, respeitando a jurisdição internacional que a mesma representa.

Há também o Conselho de Segurança, composto por quinze países, dez países rotativos e cinco permanentes, grupo composto por Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. No caso de litígios levados ao Conselho em que não há um interesse particular por parte dos membros permanentes, as decisões são tomadas rapidamente para punir a má postura de um país, ou tomar medidas que possam beneficiar a sociedade internacional em geral.

Entretanto, no caso de segurança cibernética, ainda não existe um mecanismo efetivo que possa regular o comportamento dos países na área, um Leviatã, como Thomas Hobbes³¹ (2004, p.124) defendia que existia internamente nos Estados. Essa situação gera uma anarquia no espaço cibernético atual abrindo caminho para ações questionáveis vindas de países que podem prejudicar os demais em benefício próprio.

A sobrevivência também é considerada um pressuposto importante na teoria realista. Leva-se em consideração aqui apenas o espaço cibernético dos países para realizar a avaliação dessa questão: por ser ainda um espaço que não possui um poder regulador, a sobrevivência do Estado nessa área deve ter alto grau de importância pelas consequências que um ataque cibernético pode causar principalmente se partir de um país que realiza fortes investimentos na área em direção a um país com um menor poder de defesa cibernética.

Segundo Nogueira e Messari (2005, p.27) a sobrevivência é vista como o interesse nacional supremo do Estado e sua permanência como ator. Dessa forma, alguns países lidam com a segurança cibernética como uma questão de Estado, principalmente o que foram e são alvos de ataques constantes.

³⁰ SARFATI, G. Teoria de Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 72.

³¹ HOBBS, 2004, p. 124

Aqui, também chama a atenção é a observação de Sarfati ³² (referência entre parênteses) para a questão do Estado como ator central e único relevante das Relações Internacionais na visão do Realismo Clássico: ao analisar a sociedade internacional atual, chega-se na conclusão de que é um conceito defasado nos dias de hoje, devido ao surgimento de Organizações Internacionais, Empresas Transnacionais, Mídias e Indivíduos comuns que, devido à globalização existente, podem, em questão de minutos, mudar completamente a diplomacia existente entre países, como fez Snowden no caso da espionagem americana contra seus próprios aliados.

No caso do espaço cibernético, como mencionado anteriormente, ainda não há um poder regulatório nessa questão, mas há tentativas de países para a sua criação em Organizações Internacionais, então, não se deve menosprezar o papel das mesmas para uma possível solução.

Mandarino ³³ cita a tentativa de países no âmbito da ONU em construir as bases para um tratado de não proliferação de armas da informação, contando com a representação do Brasil.

O autor também cita iniciativas de outras organizações, como a União Internacional das Telecomunicações (UIT) que, entre suas preocupações, destaca “abordar os desafios globais do nosso tempo, como a mitigação das alterações climáticas e reforçar a segurança cibernética.” (MANDARINO, 2010, p. 174).

Há também iniciativas internacionais do Brasil que o autor cita em sua obra: o país liderou junto à ONU um projeto de construção de uma legislação que puna com rigor a prática de crimes cibernéticos e que se adeque a várias legislações internacionais. Tal iniciativa surgiu pelo fato de a União Europeia solicitar a participação do Brasil na Convenção de Budapeste, algo que não se mostrou possível por pontos da Convenção se chocarem com a legislação nacional.

É possível também atrelar aqui a questão da autoajuda que o Realismo tradicional aborda em sua visão nas Relações Internacionais.

Para Nogueira e Messari (2005, p.31), a autoajuda é o resultado da anarquia no sistema internacional. Quando um país busca satisfazer seu próprio interesse, não pode contar

³² GILBERTO, S. Teorias das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2011, p.72.

³³ MANDARINO, R, Jr. Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro. São Paulo: Cubzac, 2010, p. 174.

com outros países para confiar que os mesmos iram atrás dos mesmos objetivos. Assim sendo, é essencial que o chefe de Estado tenha em mente que pode contar apenas com suas capacidades para alcançar o que ambiciona.

Essa é uma questão relativa no que se refere ao espaço cibernético. Há dois grupos de países nessa situação: os que podem optar pela autossuficiência (países desenvolvidos) e os que deveriam optar por parcerias no desenvolvimento de tecnologias referentes à segurança cibernética (países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos).

No grupo de países desenvolvidos, há uma longa história de desenvolvimento gradual de tecnologias em virtude das condições de países de primeiro mundo, em que não existam preocupações como a alta taxa de desemprego, fome, trabalho infantil e baixa qualidade dos sistemas de saúde devido ao investimento e solução desses problemas.

O fator determinante nesses países é o investimento em educação superior de qualidade: os países desenvolvidos que gozam do privilégio de ter as maiores universidades do mundo como Harvard, Stanford, Cambridge, College London, ETH Zurich, Universidade de Toronto, entre outras. Essas instituições de ensino superior respeitadas no mundo todo formam os melhores executivos e tecnólogos que podem trabalhar nas melhores empresas, e ajudam a fazer a roda de suas economias girarem, ou trabalhar para os seus respectivos governos, contribuindo para uma sociedade da informação mais segura.

Não há tanta necessidade desses países realizarem parcerias para o desenvolvimento na área, mas se eles desejarem fazê-las assim mesmo, como ocorre no caso dos países participantes da OTAN, o desenvolvimento obterá muito mais sucesso e seus países participantes se colocaram muito acima dos outros no que diz respeito ao assunto.

Já a formação do grupo de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos é mais heterogênia, pois conta com dois subgrupos de países: no primeiro, estão os países que dispõem de uma tecnologia considerável, e, no outro, os países em que a tecnologia é muito inferior ou até inexistente.

No grupo de países com tecnologia inferior ou inexistente, muito dificilmente atrairão países referência na área para uma possível cooperação, a não ser que haja uma troca em que um país ajude o outro na área em que é mais forte. Há também o fato de que esses países tenham outras preocupações fundamentais como altas taxas de desemprego e fome em seu território nacional.

Já os países que possuem um certo nível de tecnologias tem maiores chances de despertar o interesse de países referência na área, pois há uma maior possibilidade de troca de informações entre eles. Nesse grupo não deve ser descartada também a possibilidade de cooperação em diferentes áreas em que ambos sejam referências.

Esse seria o caso brasileiro, onde há um nível considerável de diferentes tecnologias, mas também há o fato do país ser referência na área agrícola, que pode despertar o interesse de muitos países.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a finalização do presente trabalho, é necessária a realização de uma última avaliação dos temas abordados no decorrer do mesmo.

O meio internacional conta com diferentes características, atores, e surgimento rápido de fenômenos. Especialistas na área muitas vezes apresentam dificuldades em avaliar todos eles devido a pluralidade de informações de vários veículos que temos nos dias de hoje, retratando o mesmo assunto sob visões diferentes

Devido à globalização existente, e ao acesso fácil e cada vez mais popularizado que indivíduos têm em relação à internet, a divulgação de suas ideias, opiniões e até denúncias, facilmente acessíveis a milhares de pessoas em todo o mundo, é facilitada.

Mas a proteção do espaço cibernético era pouco discutida em países como o Brasil, restrito apenas aos profissionais da área, como empresas prestadoras de serviços relacionados à proteção cibernética, estudantes que constantemente lidam com o assunto para um dia construir uma carreira no segmento e o próprio governo, que sinaliza investimentos na área, mas pouco divulga seus avanços perante a sociedade brasileira.

Essa situação mudou após a divulgação da espionagem americana, que surpreendeu o mundo pela sua abrangência e riqueza de detalhes nas informações obtidas. A partir dessa situação, passou-se a discutir a melhor maneira de evitar essas invasões abusivas ou no mínimo dificultá-las.

Edward Snowden, jovem americano que entrou para a história se dispondo a divulgar os escândalos de espionagem americana, se tornou um exemplo de como indivíduos podem se tornar atores importantes nas Relações Internacionais e influenciar fortemente a relação entre Estados soberanos e suas políticas externas.

Mas não se deve deixar de citar Chelsea Manning e Julian Assange, dois personagens que até hoje pagam por sua coragem em denunciar irregularidades cometidas pelo governo americano.

Em uma das primeiras entrevistas que Snowden concedeu aos jornalistas do The Guardian, foi deixado claro que sua intenção ao denunciar os trabalhos realizados internamente na instituição era de dar início a uma discussão para que a sociedade pudesse discutir e decidir se a postura do governo americano é correta ou não.

Pode-se afirmar que Snowden alcançou seu objetivo, no sentido de que, com as denúncias de espionagem, vieram também as discussões acaloradas no mundo inteiro sobre os limites da intervenção dos Estados na vida do cidadão comum.

É possível especular o porquê de o governo americano manter esses programas e investir na sua abrangência. Analisando a questão, a espionagem pode trazer benefícios tanto internamente quanto externamente.

Em sua política interna, os Estados Unidos gozam de uma forte confiança de seus cidadãos na questão da segurança nacional. Pode-se atribuir essa situação ao fato de que após o trauma causado pelos atentados de 11 de setembro, os americanos não medem esforços para garantir sua proteção contra o terrorismo, mas há alguns casos em que essa proteção beira a paranoia.

Assim sendo, esse medo instalado na sociedade americana abre possibilidades de todos os tipos de abusos advindas de seu governo, sendo uma delas é a espionagem, defendida como necessária para o combate ao terrorismo. Há setores da sociedade americana que compram essa ideia, aceitando que suas privacidades sejam invadidas em nome de um “causa maior”.

O problema se inicia quando o cidadão desconfia que esteja sendo espionado se sentindo coagido, ameaçando a sua liberdade de expressão, vista como essencial para a manutenção das sociedades democráticas.

Em um cenário hipotético em que ocorram protestos nos Estados Unidos como ocorreram no Brasil em junho do ano passado, em defesa de melhores condições de vida para a população, os ativistas organizadores e participantes dessas manifestações podem correr um alto risco de terem suas chamadas telefônicas grampeadas, seus e-mails revistados e redes sociais monitoradas, com a possibilidade de serem presos apenas por reclamar seus direitos, silenciando, assim, aos poucos, a população.

Há também o problema da liberdade de imprensa, em que reportagens oposicionistas ou até denúncias como estas podem ser evitadas pelo governo federal. É válido lembrar que as matérias sobre espionagem só não foram descobertas e evitadas por que Snowden, na condição de especialista no assunto, soube aconselhar os jornalistas de como proceder para que seus planos não sejam descobertos.

É previsível que situações assim ocorram em países governados por uma ditadura opressora, frequentemente “demonizada” por “democracias” ocidentais. Mas é contraditório que algo assim venha dos Estados Unidos, que em muitas ocasiões, referiu-se a si mesmo como uma grande democracia e defensor da mesma.

Internacionalmente, a espionagem é vista como um dos instrumentos para que garantem a manutenção do poder hegemônico americano perante o mundo. Algo que os americanos disponibilizam há muito tempo.

O debate alcançou nível mundial mais especificamente, após a divulgação do programa PRISM, responsável por recolher informações de usuários de nove empresas americanas de tecnologia, entre elas: Google, Apple, Yahoo! e Skype, fortemente presentes em muitos países incluindo o Brasil.

Entretanto, como mencionado no terceiro capítulo, essas denúncias abriram a porta para outras que viriam a seguir, como a espionagem chinesa, francesa e alemã, situação que se revelou uma prática comum entre vários países, em maior ou menor grau, dependendo do nível de tecnologias que os mesmo disponibilizam.

Essas denúncias de espionagem por parte de outros países são uma pequena prova que a prática é mais comum do que a sociedade civil tem conhecimento, e que se descobertas, são negadas pelos governos que a praticam, causando mal estar na relação destes com países aliados, pois geralmente nem estes são poupados.

Como afirma um dos principais pressupostos da teoria realista, cada Estado, tem o interesse pelo poder, seja alcança-lo ou mate-lo, caso esse já esteja em suas mãos. Na sociedade que vivemos atualmente, práticas feitas pelo Estado com o interesse de obter o poder ou mantê-lo por meio da guerra tradicional, por exemplo, não são mais aceitas pela população em geral. Sendo assim, é necessário desenvolver outros meios para tal fim.

É nesse contexto que entra a espionagem e os ataques cibernéticos e suas características de não deixar rastros quando são aplicados, pois a competição entre países ainda continua forte na sociedade atual, mas não há mais o interesse em evidenciá-la.

Há muitos benefícios obtidos com a espionagem internacional, como a obtenção de vantagens em negociações comerciais ao saber de informações sigilosas de empresas de

outros países e a facilitação para localização de indivíduos que de alguma forma despertam o interesse de governos que investem na prática.

Deve-se citar também as informações que os Estados podem obter em relação a outros países nas áreas econômica, militar e de política externa, recolhendo informações que possam ser usadas para benefícios próprios.

Esses fenômenos contam com características realistas, então não se deve negar a importância da mesma para a interpretação da sociedade internacional atual, mas, ao mesmo tempo, precisa-se de novas teorias para explicar novos fenômenos recorrentes na sociedade internacional, fenômenos esses que podem influenciar a diplomacia dos Estados e a vida do cidadão comum.

Há também a necessidade de se discutir a maneira como os países lidam com o espaço cibernético e seus possíveis conflitos. Após a abordagem de todos esses temas referentes à área cibernética, incluindo as maneiras usadas pelos países para atacar outros e as formas de defesa, é comum que o leitor do presente trabalho se pergunte como é possível que o Brasil se prepare para esse cenário emergente na área internacional.

Aparentemente, o governo brasileiro vem sinalizando o desejo de que tais questões sejam discutidas e solucionadas multilateralmente. Essa é uma característica do nosso governo atual, que sempre se dispõem a defender cooperações no âmbito multilateral como podemos observar no discurso de Dilma Rousseff ³⁴ na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no ano de 2013:

O Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como:

- 1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.
- 2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado.
- 3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.

³⁴ Discurso completo disponível no link: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

4 - Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores.

5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O grande desafio que os países enfrentam ao lidar com a questão da segurança cibernética, é como garanti-la sem afetar a condição de liberdade que a internet disponibiliza para a população mundial.

O valor único que esse mecanismo disponibiliza não deve ser ameaçado de maneira alguma. A internet, quando usada de maneira inteligente, expande os conhecimentos que o ser humano obtém dentro de sua sociedade e explora suas potencialidades desenvolvendo seu intelecto e capacidade crítica, que contribuem para uma melhor sociedade.

É indiscutível que instituições multilaterais contribuem fortemente na luta pela paz mundial, garantindo um mundo melhor. Grupos de países unem esforços para a resolução de conflitos, ajuda de países afetados por tragédias ambientais e pesquisas para colaborar na criação de vacinas para a cura de doenças que possam se tornar epidemias no mundo inteiro.

Entretanto, há outro lado dessas organizações que deve ser discutido, como a maior importância que alguns países obtêm em relação a outros, como o Conselho de Segurança da ONU, em que, através das suas posições de membros permanentes com direito ao veto, Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França gozam da condição de poder que desfrutam em relação a outros países, apenas aprovando projetos que não contradizem seus interesses.

O Brasil já participou de reuniões a respeito do espaço cibernético, mas nada de concreto foi acordado entre os países. Internamente há avanços na questão, mas ainda há muito ser feito pelo governo brasileiro.

Enquanto uma resolução sobre a regulação do espaço cibernético não for acordada mundialmente, o Brasil deve fazer o possível para a sua evolução na área, pois defesa cibernética, rastreamento de ataques em caso de necessidade de retaliação são essenciais para a proteção de nossa infraestrutura.

Deve-se considerar ainda, como uma solução a curto prazo, uma parceria estratégica do Brasil com outros países para a cooperação na área cibernética; porém, na busca dessa

parceria deve-se contar com países que tenham algum tipo de referência no assunto para trazer o desenvolvimento que o país necessita na área.

Já a longo prazo, deve-se ter como prioridade no governo investimentos para a reformulação total do ensino das escolas públicas brasileiras, desde o ensino fundamental até o médio, para que tenham reais chances de chegar a uma universidade de qualidade graças ao seu mérito. Esse é um problema antigo no Brasil, e a questão do espaço cibernético é mais um motivo para a melhoria do ensino público no Brasil, garantindo mão de obra capacitada para lidar com tais questões.

Como defendido acima, o multilateralismo é algo que não se deve ser ignorado por todos os benefícios que trouxe para o mundo. Mas é preciso ter em mente que, por ser algo demorado, e não ser possível esperar que um grupo de países com interesses e ideias diferentes, acorde concretamente sobre algo na área rapidamente, então é necessário que o país haja “sozinho” para que seus interesses não sejam ignorados e que essa não seja mais uma área em que pode se ficar para trás.

REFERÊNCIAS

- BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto. Globalização a Olho Nu. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- CAVALCANTI, Marcello B. O Leviatã Eletrônico. 1.ed. Bauru: Edusc, 2009
- CLARKE, Richard A; KNACK, Robert. Cyber War – The Next Threat to National Security. 1 ed. New York: HarperCollins, 2010.
- DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global. 1. ed. São Paulo,2010.
- GREENWALD, Glenn. Sem Lugar para se Esconder. 1.ed. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014.
- HALLETT, Edward C. Vinte Anos de Crise. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. 9 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- LEMONS, André; PALACIOS, André. Janelas do Ciberespaço. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- LESSING, Lawrence. Code and Other Laws of Cyberspace. 1. ed. Nova York: Basic Books, 1999.
- LUZ, Rodrigo. Relações Econômicas Internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MANDARINO, Raphael Jr; CANONGIA, Cláudia. Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil. 1. ed. Brasília: Departamento de segurança da Informação e Comunicações, 2010.
- MANDARINO, Raphael Jr. Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Cubzac, 2010.
- MASI, Domenico de. O Futuro Chegou. 1.ed. São Paulo: Casa da Palavra, 2014.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. 24. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. 15. ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. 7. ed. São Paulo: Gente, 2009.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações internacionais*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SEINTENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

PARMY, Olson. *We Are Anonymous*. 1. ed. Nova York: Back Bay Books, 2013

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WALTER, Isaacson. *Steve Jobs*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIXEIRA, Sérgio Jr. *O Lado B do Google*. Exame, São Paulo: Abril, ano 47, n 18, p. 46-47, out.2013.

CARR, E. *Vinte anos de Crise 1919 – 1939*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 28 out.2014.

NYE, J.S.JR. *Cyber Power*. Berlfer Center for Science and International Affairs, Cambridge, vol.1,n.1,maio.2010.Disponível em: < <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCoQFjAB&url=http%3A%2F%2Fbelfercenter.ksg.harvard.edu%2Ffiles%2Fcyberpower.pdf&ei=XypcVILuCcGRsQSKgYLoDQ&usg=AFQjCNGFqWqDFYS8hBXlqRqn9r3XxAMCDQ&sig2=Djr-ibTWswOdaWO8xBgTow>>. Acesso em: 7 nov. 014.

NATIONAL SECURITY AGENCY. *The National Security Agency: Missions, Authorities, Oversight and Patnerships*. Disponível em: < https://www.nsa.gov/public_info/_files/speeches_testimonies/2013_08_09_the_nsa_story.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2014.

NATIONAL SECURITY AGENCY. Core Values. Disponível em: < https://www.nsa.gov/about/_files/corevalues.pdf >. Acesso em: 1 nov. 2014.

COOPERATIVE CYBER DEFENCE CENTRE OF EXCELLENCE. National Cyber Security: Frame Work Mannual. Disponível em: < https://www.ccdcoe.org/.../TP_Vol1No1_Geers.pdf >. Acesso em: 1 nov. 2014.

EUROPEAN COMISSION. Cybersecurity Strategy of the European Union: An Open, Save and Secure Cyberspace. Disponível em: < http://eeas.europa.eu/policies/eu-cyber-security/cybsec_comm_en.pdf >. Acesso em: 1 nov. 2014.

THE WHITE HOUSE. The National Strategy to Secure the Cyberspace. Disponível em: < https://www.us-cert.gov/.../cyberspace_strategy.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2014.

Título: Obama Ordered Wave of Cyberattacks against Iran. Disponível em: < http://www.nytimes.com/2012/06/01/world/middleeast/obama-ordered-wave-of-cyberattacks-against-iran.html?pagewanted=all&_r=0 >. Acesso em: 03 nov. 2014.

Competências da Agência Brasileira de Inteligência Nacional. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=Institucional#competencias >. Acesso em: 04 nov. 2014.

History of the Cia. Disponível em: < <https://www.cia.gov/about-cia/history-of-the-cia> >. Acesso em: 04 nov. 2014.

O que é a NSA. Disponível em: < <http://canaltech.com.br/o-que-e-espionagem/O-que-e-a-NSA/> >. Acesso em: 01 nov. 2014.

WIKILEAKS. Disponível em: < <https://wikileaks.org/> >. Acesso em: 01 nov. 2014.

Título: Fundador do Wikileaks se refugia na embaixada do Equador em Londres. Disponível em: < <http://www.dw.de/fundador-do-wikileaks-se-refugia-na-embaixada-do-equador-em-londres/a-16038314> >. Acesso em: 02 nov. 2014.

Título: Dilma Cancela Viagem aos Estados Unidos. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-cancela-viagem-aos-eua,1075730> >. Acesso em: 03 nov. 2014.

Discurso da Presidenta Dilma Rousseff na Abertura do Debate Geral da 68 Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua> >. Acesso em: 03 nov. 2014.

NATO. Disponível em: < http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm >. Acesso em: 01 nov. 2014.

NOGUEIRA, Ricardo. A Guerra Cibernética. It News. Disponível em: < <http://iteducationnews.files.wordpress.com/2012/08/ricardo-nogueira-guerra-cibernetica-apresentacao.pdf> >. Acesso em: 27 out. 2014.

ASHLEY, Mark. Guerra Cibernética e Epistemológica. Disponível em: < http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2012/2012-3/2012_3_04_ashley.pdf >. Acesso em: 27 mai. 2014.

SEGURANÇA AMERICANA. 60 Minutes. Nova York: CBS, 05 de outubro de 2014. Programa de TV.

GUERRA CIBERNÉTICA. Milênio. Rio de Janeiro: Globo News, 03 de março de 2011. Programa de TV.

Título: França Apoiava Espionagem na Internet sem Necessidade de Autorização e em Tempo Real. Disponível em: < <http://www.publico.pt/mundo/noticia/franca-aprova-espionagem-na-internet-sem-necessidade-de-autorizacao-e-em-tempo-real-1616074> >. Acesso em: 07 out. 2014

Título: Acusações de Espionagem Constrangem Governo Alemão. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/internacional/acusacoes-de-espionagem-constrangem-governo-alemao-9116.html> >. Acesso em: 07 out. 2014

Título: China Acusa Estados Unidos de Hipocrisia. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/china-acusa-eua-de-hipocrisia,55ea7067e8916410VgnCLD200000b0bf46d0RCRD.html> >. Acesso: 07 out. 2014.

NSA. The NSA Story. Disponível em: <
https://www.nsa.gov/public_info/_files/speeches_testimonies/2013_08_09_the_nsa_story.pdf
>. Acesso em 07. Out.2014.

THE WHITE HOUSE. The National Strategy to Secure the Cyberspace. Disponível em: <
https://www.us-cert.gov/.../cyberspace_strategy.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2014.